

# RELATOS DE FUNDAÇÃO DE CIDADES: PERMANÊNCIAS E MUTABILIDADES

Isabel de Barros Dias

Universidade Aberta

IELT/IEM/Universidade Nova de Lisboa (FCSH)

## RESUMO

Estudo sobre relatos de fundação de cidades ibéricas que recorre a testemunhos que vão desde a Alta Idade Média até textos disponíveis na Internet. Começa-se por enquadrar estes textos no contexto mais amplo dos relatos de fundação, a par de cosmogonias ou de etnogéneses. São seguidamente identificados *topoi* recorrentes, características específicas e vestígios de rituais e de convicções atávicas. Finalmente sublinha-se o papel da palavra que nomeia, os traços que opõem o humano ao sagrado, a função identitária grupal destes relatos, bem como a sua adaptabilidade, perenidade e poder cultural enquanto elementos portadores de profundidade semântica.

## PALAVRAS-CHAVE

Cidades, rituais de fundação, nomeação, identidade.

## RESUMEN

Este estudio recoge relatos de fundación de ciudades ibéricas con testimonios que van desde la Edad Media hasta textos disponibles en Internet. Se comienza encuadrando estos textos en un contexto más amplio de los relatos de fundación, de las cosmogonías y de las etnogénesis. Seguidamente se identifican los *topoi* recurrentes, las

características específicas y los vestigios de rituales y convicciones atávicas en los mismos. Finalmente, se señala el papel de la palabra que da nombre, los trazos que oponen lo humano y lo sagrado, la función identitaria global de estos relatos, así como su adaptabilidad, su carácter perenne y el poder cultural que destilan como elementos cargados de profundidad semántica.

#### PALABRAS CLAVE

Ciudades, rituales de fundación, denominación, identidad.

#### ABSTRACT

Study on foundational stories of Iberian towns using testimonies ranging from the High Middle Ages to texts available on the Internet. It begins by framing these texts in the broader context of the foundational narratives, pair of cosmogonies or ethnogenesis. Recurring *topoi*, specific features and traces of rituals and atavistic beliefs are then identified. Finally the role of the naming word, the traits that oppose the human to the sacred, and the function of these stories in group identity are underlined, as well as its adaptability, long lasting and cultural power as elements full of semantic depth.

#### KEYWORDS

Towns, foundational rituals, naming, identity.

### 1. NARRATIVAS FUNDACIONAIS COMO FORMA TEXTUAL

Os relatos de fundação constituem um domínio vastíssimo, muito disperso e bastante heterogéneo. Os seus exemplos de tema mais remoto são as cosmogonias.<sup>1</sup> A cosmogonia mais conhecida nos

territórios de base judaico-cristã é a que é transmitida no *Gênesis* bíblico.<sup>2</sup> Mas é claro que esta não é a única narrativa que procura explicar ou, pelo menos, relatar os acontecimentos dos primeiros tempos do Mundo. Igualmente fundamental para a civilização Ocidental é o fundo cultural Greco-latino, cuja mitologia também procura explicar o povoamento da Terra pelos Homens. Hesíodo, na sua *Teogonia*,<sup>3</sup> relata o progresso do cosmos, desde o caos, passando pelas diferentes gerações de deuses, até à ordem presidida por Zeus. Ovídio, no livro I das suas *Metamorfoses* também refere a origem do Mundo, a separação dos elementos, a criação do Homem, o Dilúvio e como, depois deste flagelo com que Júpiter castigou os Titãs que tentaram chegar aos céus e destronar os deuses, sobreviveram Deucalião e Pirra que dão origem a um novo povoamento da Terra quando, por indicação dos deuses, lançam pedras para trás, sendo que as que Deucalião lança se transformam em homens e as de Pirra tornam-se mulheres.<sup>4</sup>

A par do veiculado nos sistemas mais elaborados e complexos dos dois fundos culturais estruturantes da nossa civilização, também sobrevivem histórias mais parciais e mais dispersas, geralmente bastante mais singelas, de fundo tradicional, e que podem ser exemplificadas por relatos como a “Lenda das manchas da Lua”<sup>5</sup> ou a “Lenda da lua e da água”:

Quando Deus foi fazer o Inferno, deixou Luz-Vela (*Lusbel=Lucifer*) na cadeira dele; quando veio não lhe quis Luz-Vela restituir a cadeira, alegando que o Senhor lha tinha dado.

Dizia o Senhor:

– A cadeira é minha: emprestei-ta, não ta dei.

Luz-Vela ateimava muito e pôs uma demanda com o Senhor. O Senhor apresentou a Lua, a Água e o Sol como testemunhas de que tinha emprestado e não dado a cadeira. A Lua e a Água juraram falso: o Sol jurou a verdade, dizendo

ao Senhor:

– O que é dado, é dado; o que é vendido é vendido; o que é emprestado é emprestado. Portanto a cadeira é vossa.

Deus então castigou a Lua (que era tão linda como o Sol) tirando-lhe os raios para os dar ao Sol; castigou a Água, obrigando-a a correr sempre, sem nunca estar queda (*Famalicão*).<sup>6</sup>

É claro que este tipo de narrativa não ocorre só na tradição portuguesa. Como exemplo de outras tradições, é possível referir o relato timorense que atribui à humanidade uma origem ctónica, ao contar que os aborígenes saíram de baixo do chão, tendo só três vindo do mar.<sup>7</sup> Ainda de origem timorense é o conto que explica as formas da lua argumentando que foi obra do filho do gigante Beilera que, estando ao colo do pai, sujou a Lua com banana assada e cinza.<sup>8</sup>

Mas os relatos fundacionais não se ligam só à formação do Cosmos, do Mundo conhecido e da sua geografia (ilhas, rios, montes e serras, lagos e lagoas...) e ao surgimento dos deuses e dos primeiros habitantes do Mundo. Podem reportar-se a géneses menos distantes, relacionadas com a origem de povos, regiões, reinos / países, cidades, instituições, monumentos, famílias...

Trata-se de um *corpus* vastíssimo, que versa temas muito heterogéneos, uns materiais, outros imateriais, mas que têm em comum o facto de procurar explicar ou de encenar a origem ou a fundação de algo. Este traço comum permite agrupar estes materiais dispersos e diversificados sob a designação comum de “narrativas de fundação”, e entendê-los como uma forma textual específica, independentemente dos problemas que a diversidade e a dispersão dos materiais forçosamente coloca.

Poderão eventualmente existir mais recorrências que reforcem a

coesão deste *corpus*, porém, ainda há muito por fazer para identificar e isolar traços invariantes que possam melhor definir o domínio dos relatos de fundação.

Existem alguns estudos que nos dão visões globais, no entanto, não abordam especificamente a questão de saber o que poderá definir as “narrativas de fundação”. Independentemente do seu carácter um pouco marginal relativamente ao assunto que nos ocupa, são de importância fundamental estudos como os dirigidos por Pierre Nora<sup>9</sup> ou desenvolvidos por Claude-Gilbert Dubois.<sup>10</sup>

Algumas subáreas das “narrativas de fundação” já foram bastante trabalhadas, tendo-se chegado a excelentes resultados. São disto exemplo os estudos sobre o papel fundacional das estruturas linhagísticas míticas ou imaginadas.<sup>11</sup> Neste domínio, um destaque especial cabe às pesquisas sobre as lendas relacionadas com as origens de algumas famílias, genericamente conhecidas como lendas melusinianas, sob a mirada dos investigadores, desde os trabalhos basilares de Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie na revista *Annales*<sup>12</sup> sobre a lenda de Melusina, que está na base de uma linhagem do Lusignan. Para a zona ibérica há igualmente lendas deste tipo, como a história da “Dona Marinha”, que se associa à família dos Marinhos, e a da “Dama pé de cabra”, na origem da linhagem dos senhores da Biscaia, ambas existentes nos *Livros de Linhagens*.<sup>13</sup>

Destacam-se também os relatos conhecidos sob a designação geral de “etnogénese” e que se referem à origem de um povo.<sup>14</sup> Neste âmbito, têm especial importância as conclusões dos estudos de Claude-Gilbert Dubois, que identifica sequências narrativas relativamente constantes, invariantes retomadas em inúmeros relatos, desde os mitos troianos desenvolvidos em França e Inglaterra, até

às histórias sobre a fundação dos Estados Unidos da América.<sup>15</sup>

Outra subárea que se encontra razoavelmente bem delimitada, mas que tem sido muito menos estudada, situa-se no domínio dos contos tradicionais, mais concretamente, trata-se dos chamados contos etiológicos. São contos etiológicos todos aqueles que reportam ou encenam uma situação que vai explicar um facto qualquer, desde a criação do mundo a práticas culturais, ou à característica mais singela de um qualquer animal, caso da razão porque os coelhos têm orelhas grandes, o que é explicado num conto africano como o resultado de um combate entre este e outro animal que lhe puxa as orelhas...<sup>16</sup>

Dada a imensidão e a heterogeneidade do *corpus* das narrativas de fundação, a abordagem de subgrupos revela-se bastante pertinente, precisamente porque, ao questionar e procurar isolar as características de cada subárea, até certo ponto, também se procede a uma aproximação relativamente ao todo. É com base neste pressuposto que abordaremos aqui um campo que, apesar de lato e multifacetado, é também relativamente específico: os relatos de fundação de cidades. Parte-se do princípio que algumas (se bem que, forçosamente, não todas) das características perenes que podemos encontrar no conjunto específico das narrativas de fundação de cidades poderão ir ao encontro de possíveis reflexões sobre os relatos de fundação em geral.

## 2. O *CORPUS* ESTUDADO

Assumindo a representatividade da amostragem escolhida, centrar-nos-emos, em particular, em textos produzidos na Península Ibérica e, para os mais recentes, especialmente em Portugal.

Estes textos referem-se, na sua maioria, a cidades peninsulares.

Os testemunhos selecionados podem ser agrupados em quatro grandes grupos, bastante distantes no tempo e diferentes na tipologia textual que os acolhe.

Os dois primeiros são do período medieval. O primeiro radica-se na Alta Idade Média, quando a civilização latina se desagrega, trata-se das *Etimologias*, de Santo Isidoro,<sup>17</sup> que é um compêndio enciclopédico. O segundo grupo de textos, já da Baixa Idade Média (sécs. XIII e XIV), tem também, até certo ponto, um cariz enciclopédico mas enquadra-se, por definição, na historiografia: trata-se de algumas narrativas fundacionais existentes nas “Histórias de Espanha” em vernáculo, inicialmente elaboradas em castelhano, no *scriptorium* de Afonso X,<sup>18</sup> e seus derivados (com particular destaque para a versão portuguesa da segunda redação da *Crónica de 1344*).<sup>19</sup>

Os restantes dois blocos são bastante mais recentes, e mesmo contemporâneos. O terceiro grupo é constituído por algumas narrativas que perduraram na tradição, tendo sido recolhidas como tal e reunidas a outras lendas tradicionais diversas, em antologia. De entre as recolhas disponíveis, optámos por tratar especificamente os *Contos Tradicionais e Lendas*<sup>20</sup> coligidos por Leite de Vasconcellos (1858-1941). Apesar de se tratar de recolhas realizadas na viragem de século, até meados do século XX, apresentam critérios de fiabilidade mais sólidos do que, infelizmente, algumas publicações em circulação da responsabilidade de “investigadores” contemporâneos...

Finalmente, o quarto e último grupo é constituído por algumas narrativas fundacionais que, nos dias de hoje, foram consideradas suficientemente importantes ou pertinentes, ou curiosas para integrarem o conjunto de informações disponibilizado pelos sítios oficiais das Câmaras Municipais de algumas cidades portuguesas.

Só o facto de ser possível encontrar relatos de fundação de cidades em situações tão díspares, tal já nos diz alguma coisa sobre as narrativas fundacionais a que nos referimos, nomeadamente:

1. que estamos perante narrativas altamente adaptáveis, pois podem ser albergadas nos contextos mais diversos, seja em obras enciclopédicas, seja na historiografia, seja em recolhas de literatura tradicional, seja no quadro de informações oficiais de índole diversificada.

2. são narrativas que quase nos atreveríamos a qualificar como perenes, ou, pelo menos, de grande resistência temporal pois encontramos-las em épocas tão diferentes. Esta coincidência revela-nos que estamos perante histórias suficientemente consideradas para serem entendidas como dignas de serem reportadas e, conseqüentemente, valorizadas (e isto até aos dias de hoje).

3. a manutenção deste interesse, até à atualidade, aponta, desde já, para a existência de características próprias que justifiquem a atenção que lhes é dada, e que discutiremos adiante, podendo, desde já, salientar-se o seu poder pragmático em termos ideológicos, enquanto catalizador de uma identidade de grupo, o que atualmente é designado como “património imaterial” e como tal é valorizado e preservado.

### 3. SANTO ISIDORO E O ESTABELECIMENTO DE ALGUMAS LINHAS MESTRAS

Santo Isidoro (560-636), no esboroar do Mundo Antigo, é conhecido por ter procurado reunir a sùmula dos conhecimentos que perduraram até à sua época. Neste contexto, ele aborda e procura explicar, nas suas *Etimologias*, o nome de variadíssimas cidades. Para tal, usa o método etimológico (*origo nominis* ou



*interpretatio nominis*) que é o instrumento geral de conhecimento adotado nesta obra. Na secção relativa às cidades, podemos, desde logo, identificar algumas linhas mestras recorrentes em vários relatos de fundação e que continuaremos a encontrar nos testemunhos subsequentes.

O Livro XV debruça-se sobre os edifícios e os campos. Este livro abre precisamente com um ponto sobre as cidades. Salvaguarda-se, de princípio, a existência de muitas incertezas e de diferentes tradições, por vezes contraditórias, sobre a fundação de algumas urbes (como Roma). A primeira parte deste ponto é ocupada com a referência a três cidades cuja fundação remete, ao nível do imaginário, para alguns vectores essenciais da ideia que se tem de “cidade” no contexto do ocidente medieval cristão.

Depois das salvuardas iniciais e da alusão a Roma, cuja importância ainda não deixara de ser central, o texto isidoriano alude, por ordem, às seguintes três cidades: Enoch, a primeira cidade, fundada por Caim (Etim, XV: 1. 3); Babilónia, fundada por Nembrot, depois do dilúvio, posteriormente aumentada e embelezada por Semiramis, e que toma o seu nome da confusão das línguas que se verificou aquando do castigo divino aos que construíam a torre (Etim, XV: 1. 4); e finalmente Salem, fundada por Sem, filho de Noé, depois do dilúvio, na Síria. Esta cidade foi posteriormente ocupada pelos Jebuseus que lhe impuseram o nome de Jebus. Mais tarde, pela junção das duas denominações, passou a chamar-se Jerusalém, sendo ainda chamada Elia (do nome de Elio Adriano) e Sión (que em hebreu significa “atalaia”, por causa do seu assento que permite observar ao longe). “Jerusalém”, por seu turno, significa “pacífica” (Etim, XV: 1. 5).

O que podemos observar e concluir mediante esta primeira

abordagem do tema, por Santo Isidoro? Salientamos alguns pontos:

1. O carácter não divino da fundação de cidades uma vez que, desde o primeiro caso, esta fundação é alheia à vontade divina. Além disso, a cidade não só é fruto da humanidade já pecadora, mas ainda leva a chancela de estar ligada ao lado mais negativo desta humanidade, uma vez que é Caim, tradicionalmente, o fundador da primeira cidade.<sup>21</sup> A ligação entre a cidade e a humanidade (sobretudo a humanidade organizada como sociedade) é ainda acentuada um pouco adiante (Etim, XV: 2. 1-2), quando Sto. Isidoro faz a distinção entre *civitas* (a sociedade dos cidadãos) e *urbs* (a cidade material) e enumera três tipos de “sociedades”: famílias, cidades e nações. Neste aspeto, estes relatos de fundação parecem distinguir-se de algumas narrativas existentes em civilizações não cristãs, como a grega,<sup>22</sup> onde a fundação das primeiras cidades tem lugar no seguimento de orientações e sob supervisão divina.

2. Uma faceta negativa é sublinhada, sobretudo na segunda referência, Babilónia, a cidade dos que ousam enfrentar e afrontar Deus e que são, por isso, irremediavelmente castigados. Note-se que o castigo dos gigantes que edificaram a torre de Babel, a desagregação linguística, poderá não ser inocente também ao nível do imaginário fundacional uma vez que uma fundação coincide sempre com a nomeação de um local. Neste ponto, sobressai a importância da ligação à palavra que nomeia e que, ao nomear distingue, dá autonomia e imprime uma identidade.

3. Finalmente, uma vertente menos negativa, Jerusalém, que aqui não é apresentada nos mesmos moldes do par antitético Jerusalém terrestre vs celeste, o grupo *typos-antitypos* criado por Santo Agostinho (354-430). Nas *Etimologias*, Jerusalém é simplesmente uma cidade de homens, assinalada pela diversidade dos

nomes que lhe foram sendo atribuídos e conseqüente indeterminação, indecisão ou, até mesmo, desagregação. No entanto, também apresenta marcas positivas, graças ao significado que é dado à sua designação, uma vez que se afirma que Jerusalém quer dizer “pacífica”.

Numa segunda fase (Etim, XV: 1. 6-77), Santo Isidoro refere um grande número de cidades, que considera famosas, e os respetivos fundadores. Os curtos apontamentos que dedica a cada cidade permitem-nos identificar alguns traços basilares. No que se refere à atribuição / à justificação do respetivo nome, o texto centra-se, como não podia deixar de ser, em explicações etimológicas. Estas recaem, sobretudo, nas seguintes constantes:

- o nome da cidade deriva do nome do seu fundador, figura histórica ou mitológica;<sup>23</sup>
- o nome da cidade deriva do nome da etnia que a fundou;<sup>24</sup>
- o nome é dado como homenagem a alguém;<sup>25</sup>
- o nome da cidade provém de características geográficas ou do nome de algum elemento geográfico próximo;<sup>26</sup>
- o nome da cidade associa-se a um objeto, facto ou acontecimento.<sup>27</sup>

São ainda feitas referências a diferentes nomes e a mudanças de nomes que, sempre que possível, são explicadas.<sup>28</sup>

Do conjunto dos breves esclarecimentos recolhidos por Santo Isidoro, uma referência particular deve ir para as notas sobre o que poderemos classificar como dois paradigmas fundacionais opostos e que se vão associar às duas maiores cidades do mundo romano, e ferozes rivais: Roma e Cartago.<sup>29</sup> Estes dois paradigmas estão meramente esboçados nas *Etimologias*, mas podemos opô-los com mais clareza com a ajuda dos textos historiográficos posteriores, que ainda

ecoam estas questões.

No que se refere a Roma, Santo Isidoro inicia o livro XV com a referência a esta cidade, sublinhando o desacordo que se verifica sobre o seu fundador: Salústio diz que foram os troianos e gente local, outros dizem que foi o rei Evandro (como diz Virgílio), outros opinam que foi Rómulo (Etim, XV: 1. 1). Mais adiante volta ao assunto (Etim, XV: 1. 55): Rómulo chegou a Roma, ergueu as suas muralhas e deu-lhe um nome derivado do seu. Mas salvaguarda que Virgílio diz que antes foi fundada por Evandro.

No que a Cartago se reporta, Santo Isidoro alude ao respetivo mito de fundação (Etim, XV: 1. 30): Dido, saída de Tiro, fundou, na costa de África, Cartago (*carthada* = “cidade nova” em língua fenícia). Inicialmente Cartago chamava-se Byrsa, depois Tyrus, finalmente Cartago.

Até aqui as diferenças situam-se simplesmente ao nível do “ponto” da indefinição: quem foi o fundador, no caso de Roma, e a diversidade das designações, no caso de Cartago. No entanto, ao nível do imaginário, as diferenças extremam-se se pensarmos no modo como, de acordo com as respetivas lendas, uma e outra foram fundadas.

Quando Santo Isidoro descreve os rituais de fundação (Etim, XV, 2. 3-4), vai recuperar o modo como, tradicionalmente, se descreve a fundação de Roma por Rómulo. Santo Isidoro procura a etimologia de “urbe” defendendo que, ou deriva de *orbis*, porque as antigas cidades se construíam em círculo; ou provém do nome do rabo do arado (*urbum*) que se usava para traçar os limites da cidade, sulcando o lugar das fundações das muralhas. De acordo com Sto. Isidoro, que remete para Catão, o arado deve ser puxado por um touro e uma vaca. Quando se quer que exista uma porta, há que levantar o

arado e carregá-lo, daí o nome “porta”, de *portare*. A associação de dois animais vacuns de sexo diferente significaria a composição das famílias, dando ainda a imagem do que semeia e colhe fruto.

A narrativa de fundação de Cartago, agora numa versão bastante posterior, a reportada pela versão régia da *Estoria de Espanna* afonsina,<sup>30</sup> mostra-nos uma filosofia muito diferente pois Dido demarca o território graças a uma estratégia, quase um engano: pede aos autóctones uma pele de boi pois tal seria espaço suficiente para ela e os seus viverem. Depois corta o couro em tiras finíssimas e demarca com as cordas daí resultantes a área da futura cidade. Mais animais surgem neste relato, mas de modo diferente, nomeadamente como indicadores de destinos díspares, optando Dido, racionalmente, por um deles. Numa primeira escavação aparece um crânio de boi, o que é interpretado como prenúncio de um futuro rico mas subjugado. Desagradada com esta possibilidade, Dido manda escavar noutro lugar onde aparece uma cabeça de cavalo, o que é interpretado como indicador de uma cidade com poder e de guerreiros, enquanto durasse, o que já aprouve a Dido.

Estes contrastes colocam-nos perante dois tipos distintos de fundação e, conseqüentemente, dois tipos diferentes de cidades:

- uma fundada com base na força e no trabalho (com Rómulo que maneja o arado e mata o próprio irmão para defender as muralhas);

- outra pela astúcia, graças à estratégia de Dido, e onde o futuro glorioso mas funesto é escolhido com base em previsões, como se de um horóscopo se tratasse.

Note-se ainda como o tema bastante arcaico do sacrifício purificador do território, no caso de Roma, apesar de já filtrado, ainda é visível, com alguma nitidez, na brutalidade infligida sobre um ser

humano, mas no caso de Cartago só se consegue vislumbrar a sua possível sombra nos episódios das cabeças enterradas do boi e do cavalo. O sacrifício animal terá substituído o sacrifício humano nos rituais arcaicos de fundação, sendo que esta transferência pode ser considerada como um subterfúgio nos processos de apaziguamento dos génios locais.<sup>31</sup> Encontrar restos de animais enterrados, ao que acresce o uso de uma pele de animal morto aponta para um nível bastante elaborado e subtil no jogo das estratégias de substituição, ocorridas na evolução dos rituais de fundação, mas para as quais o imaginário da situação ainda remete, mesmo se de modo pouco explícito e, sobretudo, no quadro de uma situação onde a astúcia é ponto central.

Desta oposição decorrem ainda duas questões possíveis:

- um plausível paralelo com duas cidades gregas, Esparta e Atenas, a primeira orientada para a força bruta e para a guerra, a segunda regendo-se pela inteligência (talvez também astúcia / engano?);

- a eventual distinção entre cidades cuja fundação é efetuada por homens vs cidades fundadas por mulheres / ou a elas associadas (como Atenas para Atenas) num processo onde os paradigmas e os estereótipos de género “contagiam” o relato de fundação. Especialmente esta questão pode indicar um caminho de pesquisa que investigue até que ponto o género do fundador pode ter influência nas características atribuídas à cidade e, por metonímia, à respetiva população.

Na sequência da questão do possível cruzamento entre os estereótipos de género e os relatos de fundação de cidades, há dois exemplos que nos parecem pertinentes. O primeiro refere-se a Tróia, uma cidade marcada pelo feminino e também pelo engano. De acordo com o reportado nas *Metamorfoses* de Ovídio, Tróia é

uma cidade fundada com base no engano e que acaba por ter um funesto destino, aquando da Guerra de Tróia, provocada por uma mulher... De acordo com Ovídio, Laomedonte, o primeiro rei de Tróia, quando levanta as muralhas da nova cidade, é ajudado nesta árdua tarefa por Apolo e Poseidon, que tomam a forma humana, tendo estipulado como preço pela sua ajuda uma determinada soma em ouro. Acabada a obra, o rei nega a dívida, sendo castigado por Poseidon que ordena ao mar que invada as terras e leve toda as suas riquezas. Exige ainda que a filha do rei, Hesíone, seja exposta a um monstro marinho. Acorrentada a duros rochedos, é salva por Hércules. Quando este reclama a recompensa prometida, cavalos anteriormente escolhidos, esta é-lhe recusada e Hércules apossa-se da cidade (Ovídio, *Met.*, lv. XI).

O segundo exemplo situa-se na Península Ibérica e refere-se a Cádiz, cujo povoamento, de acordo com o relato da *Estoria de Espanna* afonsina, é protagonizado por uma mulher, Libéria, que “era much entenduda e sabidor destrolomia, ca la ensennara el que era ende el mas sabidor que auie en Espanna a essa sazón, ca lo aprisiera dErcules e de Allas el so estrellero” (PCG, I: 11a-b), filha única e herdeira de Espan, senhor das Espanhas. Esta personagem é um caso exemplar do modelo da “dama entendida”. Ela faz um acordo com o pai para povoar Cádiz, mediante a promessa de este a deixar casar com quem ela escolhesse. Libéria tem, obviamente, muitos pretendentes “lo uno por ques era ella muy fermosa e muy sesuda, lo al por ques auie afincar el regno a ella.” (PCG, I: 11b). A dado momento, quando já todos desesperam por descendência, Libéria decide considerar três pretendentes, filhos de reis. Impõe-lhes então como prova a construção das três infraestruturas mais necessárias ao povoamento de Cádiz:<sup>32</sup> muralhas, torres e casas; uma ponte por

onde se passasse e que trouxesse água à cidade e, finalmente, calçadas para evitar os lodos do inverno. O primeiro que termina é Pirus, o infante da Grécia, e que Libéria aceita em casamento, mas não sem antes mostrar a sua astúcia:

Y el que primero lo acabo fue el de Grecia, que auie nombre Pirus, e aquel fiziera la puente, e auie tod el canno fecho pora traer ell agua; e fuesse pora la duenna e dixol cuemo auie su obra acabada. A ella plogol mucho, e otorgol que casarie con el, mas rogol que no dixiesse que lo auie acabado fasta que los otros ouiesen cerca dacabadas sus obras, y estonce que casarie con el, y el y ella que acabarien depues mas ligeramiente lo que fincasse. El fizolo assi, y atendio fasta que los otros ovieron cerca dacabado; estonce llamo al rey e mostrol cuemo auie acabado, e abrio el canno e dexo uenir ell agua a la uilla. Al rey plogol e casol con su fija, e a los otros dio muy grandes dones, y enviolos dessi los mas pagados que el pudo. En esta manera fue poblada la uilla de Caliz y la ysla, que fue una de las mas nobles cosas que ouo en Espanna; e tanto la amaua el rey Espan que alli puso su siella e se coronou, e fizo la cabeça de toda su tierra, e assi lo fue en su uida (PCG, I: 12a).

#### 4. NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS DOS SÉCS. XIII-XIV<sup>33</sup>

Na Baixa Idade Média, vamos reencontrar as constantes dos textos fundacionais a que Santo Isidoro aludia e que são, por vezes, acrescidas de mais alguns detalhes.

É prática comum, no período medieval (e ainda pós-medieval), a absorção pela historiografia de relatos que estabelecem uma relação entre um local e uma personagem mítica ou bíblica. As histórias que operam este tipo de associação, promovendo uma interferência do tempo mítico no tempo histórico são, geralmente, narrativas de fundação. O estudo de vários destes casos estabeleceu já a importância destes textos para a criação da ancestralidade que, na altura, era sinónimo de nobreza e de valor, uma lógica que



é válida, tanto para os lugares, como para as famílias, como para os reinos...

À dotação da ancestralidade soma-se ainda a imposição de sentido a um território. Apesar dos relatos de fundação não serem o único meio de que a historiografia se serve para tornar um espaço pleno de significado, a identificação das origens de um território é, no entanto, um procedimento bastante usado. Estas histórias serviram para marcar a identidade de algumas cidades ou locais, distinguindo-os dos demais, circundantes. Ao mesmo tempo, esta dimensão favoriza o reconhecimento e a união das populações que se identificam com uma origem específica e um espaço comum. A primeira consequência deste fenómeno é a formação de fronteiras e a exclusão de todos aqueles que não partilham a mesma origem ou o mesmo universo mental.

A preponderância ideológica da historiografia medieval que procurou, entre outros, encorajar a coesão entre os naturais de uma região, incitando, frequentemente, à desconfiança relativamente aos vizinhos, eventualmente, inimigos, terá naturalmente favorecido a absorção de muitas narrativas fundacionais. É claro que os relatos que melhor se enquadrassem nos programas ideológicos de cada obra seriam particularmente bem recebidos por esta como matéria historiável. Esta convergência seria ainda favorizada pelo tom historiográfico que estas lendas apresentam, mesmo as mais míticas e inverosímeis. A historiografia torna-se assim um lugar privilegiado para a preservação e divulgação de relatos de fundação pois as narrativas que podem servir os propósitos de uma obra historiográfica são incorporadas por esta que, por seu lado, cobre a lenda com o seu garante de historicidade, ou seja, de “verdade”, independentemente do carácter fabuloso que a lenda possa ter.

Em termos gerais, o tipo de relato de fundação mais presente na historiografia medieval, especialmente na linha das Crónicas Universais, é o início bíblico, que remete para a etnogénesis bíblica, graças à recuperação do momento da dispersão pelo Mundo dos gigantes babilónicos castigados por Deus. Esta tradição é frequentemente duplicada por uma segunda tradição, a greco-latina, que se cristalizou, de modo particularmente recorrente, nos inúmeros casos de *origo gentis* que, na maior parte das vezes, procuram mergulhar até às supostas origens troianas de algumas etnias. Estas duas linhas são, em termos de imaginário, muito equivalentes, podendo-se considerar que a dispersão dos gigantes babilónicos é isomorfa da dispersão dos sobreviventes da destruição de Tróia. Os casos mais conhecidos de fundadores que serviram para fazer remontar as origens de um povo a uma Tróia utópica são Eneias, antepassado de Rómulo e Remo e, por sinédoque, dos Romanos; Brutus, epónimo da Grã-Bretanha, ou Francion, pretendo irmão de Eneias, que é associado a França. Porém, estes casos só são os mais conhecidos, não são os únicos.

Na historiografia ibérica dos sécs. XIII-XIV, nomeadamente na de matriz afonsina, encontramos também estas duas grandes linhas temáticas da *origo* pagã e cristã, mas curiosamente acrescidas de outras duas, também deveras interessantes. Os relatos de fundação de cidades que surgem nestas crónicas revelam alguma variabilidade. Em alguns casos verifica-se uma elaboração simbólica já bastante desenvolvida. Mas também existem apontamentos muito simples, frequentemente, reduzidos a uma mera explicação etimológica, à semelhança das existentes nas *Etimologias*.

Os quatro tipos de relatos fundacionais que encontramos nas crónicas ibéricas dos sécs. XIII e XIV (e nos quais se integram vários

relatos de fundação de cidades) são os que a seguir apresentamos.

A linha bíblica recupera o relato da dispersão dos gigantes, centrando-se no percurso de Tubal, filho de Japhet (por seu turno um dos filhos de Noé), pois é este que é tido como o antepassado dos Espanhóis. As crónicas apresentam, neste ponto do relato, a indicação das regiões e das cidades que foram povoadas e nomeadas por estes primeiros colonizadores.<sup>34</sup>

A linha greco-latina coexiste, como em muitos outros textos, com a tradição bíblica. No caso das Crónicas ibéricas sobressai a figura de Hércules como a personagem mitológica a quem são atribuídas mais fundações (e a quem já Santo Isidoro atribuía algumas fundações).<sup>35</sup> Este herói, que nas Crónicas de Espanha assume um carácter marcado de herói civilizador,<sup>36</sup> é dado como o fundador de A Corunha, cujo nome é atribuído de modo aleatório, a partir do nome da primeira mulher que vem povoar a cidade,<sup>37</sup> seguindo-se Badajoz,<sup>38</sup> Tarragona,<sup>39</sup> Urgel<sup>40</sup> e Barcelona, o local onde aporta a nona barca (*barca nona*) da frota de Hércules.<sup>41</sup> Segue-se-lhe Espam, o sobrinho de Hércules, em honra de quem Espanha é renomeada,<sup>42</sup> e que surge como o fundador / povoador de Segóvia e de Cádiz.<sup>43</sup> Já Pirus, genro de Espam, terá povoado Ussuna<sup>44</sup> e Libéria,<sup>45</sup> cidades de montanha. Finalmente, temos Lisboa, cuja fundação teria começado com um neto de Ulisses, do mesmo nome, e sido acabada pela sua filha, de nome Boa, sendo o nome da cidade o resultado da fusão dos dois nomes,<sup>46</sup> o que constitui um processo relativamente comum de nomeação.

Passando agora aos outros dois tipos de relatos fundacionais existentes na historiografia ibérica, verifica-se que um deles se centra em figuras que podemos qualificar como pertencentes a uma “mitologia autóctone”.

Um primeiro exemplo será o rei Rocas, uma figura vinda do Oriente “era de tierra doriente a la parte que llaman Eden” (PCG, I, p. 12b) e que é apresentado como co-responsável pela fundação e denominação de Roma, cujo local assinala. As lendas veiculadas pelas crónicas fazem entroncar esta referência na história tradicional de Rómulo e Remo: “E uino por aquel logar o fue depues poblada Roma, y escriuiou en un marmol quatro letras de la una parte que dizien Roma; y estas fallo y depues Romulo quando la poblo, e plogol mucho por que acordauan con el so nombre, e pusol nombre Roma” (PCG, I: p. 13a).<sup>47</sup> Por outro lado, é também Rocas quem identifica o lugar onde Todelo surge, como *axis mundi*, bem no centro da Península.<sup>48</sup> Esta situação assemelha-se ao que sucede com Hércules quando este assinala o local onde Sevilha será fundada, como veremos a seguir.

Outro exemplo, agora num texto que não é de matriz afonsina, é o do conde Monido, vindo de terras romanas, e que no *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos protagoniza uma interessante possibilidade de *origo gentis*, que, curiosamente, nunca foi desenvolvida:

O conde dom Monido veo da terra de Roma, e era do linhagem dos Godos. E veio a Galiza, cuidando a ser rei, com gram companhia de cavaleiros e d’outras gentes que trouve por mar. E aqueeço assi aa aventura que quantas naos e galees e baixeos trazia, quebrarom todas no mar, no cabo de Piorno, que é em Trasentos, e portarom com el cinque cavaleiros e nom mais. E de ù deles veerom os de Trasentos, e do outro os Marinhos, e do outro os d’Ambroa, e do outro os Beltranes de Nendos, e do outro os d’Andrade de Bragaa (p. 119).

Por fim, uma referência aos relatos melusinianos que integram os *Livros de Linhagens*, a “Dona Marinha” e a “Dama pé de cabra”, que também podem ser associadas a este grupo das mitologias

autóctones.

O quarto e último grupo de relatos de fundação que nos surge nesta historiografia é protagonizado por personagens históricas, umas mais recentes, outras mais antigas, como a rainha Dido, ligada à fundação de Cartagena (também denominada Espartaris por aí haver muito esparto, e ainda Monte Aragão),<sup>49</sup> ou Júlio César, fundador de Sevilha depois de ter descoberto a estátua que Hércules tinha deixado a assinalar o local onde a cidade se deveria situar.

Menos longínquos no tempo serão os casos de fundações ou refundações que têm lugar no contexto da Reconquista e que são apresentados em estreita relação com as linhagens soberanas do momento, que os usam como argumento para a sua própria legitimação. Pelaió é o primeiro chefe da reconquista e uma figura principal de referência. Mas não é o único. Castela revê-se na lenda dos juízes e nos feitos épicos do conde Fernão Gonzáles, que obteve a independência do território. Do mesmo modo, Portugal faz exaltar os feitos do seu primeiro rei, Afonso Henriques... Estes heróis impõem direitos de conquista e de instalação quando tomam e povoam variadíssimas localidades. Verifica-se um processo de enobrecimento mútuo entre os locais e os seus conquistadores, fundadores ou refundadores. Uma cidade é tanto mais nobre quanto mais antigo e mais afamado for o seu fundador ou refundador e uma personalidade é tanto mais considerada quanto mais marcas suas deixar numa cidade, sobretudo se a fundar ou re-fundar. Ainda se enquadra nesta lógica a realização de obras de vulto que marquem um determinado espaço urbano como impressionante ou imponente, o que, simultaneamente, acresce a glória de quem promoveu aquela construção específica.<sup>50</sup>

Passando agora a alguns casos particulares dignos de nota, e que

podem servir de base para algumas reflexões, começamos por olhar um pouco mais de perto as lendas de fundação que se reportam a duas das cidades de maior importância nesta historiografia: Sevilha e Toledo.

No que se refere a Sevilha, esta cidade é associada a duas figuras de particular importância, primeiro Hércules, que tem a premonição do que seria o seu futuro, assinalando o local da sua implantação com um monumento:

Despues que esto ouo fecho, coiosse con sus naues e fue yendo por la mar fasta que llego al rio Bethis, que agora llaman Guadalquiuir, e fue yendo por el arriba fasta que llego al logar o es agora Seuilla poblada, e siempre yuan catando por la ribera o fallarien buen logar o poblassen una grand cibdat, e no fallaron otro ninguno tan bueno cuemo aquel o agora es poblada Seuilla. Estonce demando Hercules a Allas ell estrellero si farie alli cibdat; el dixo que cibdat aurie alli muy grand, mas otro la poblarie, ca no el; e quando lo oyo Hercules ouo grand pesar e preguntol que omne serie aquel que la poblarie; el dixo que serie omne onrado e mas poderoso que el e de grandes fechos. Quando esto oyo Hercules, dixo que el farie remembrança por que, quando uiniesse aquel, que sopiesse el logar o auie de seer la cibdat.

[...] E puso alli seys pilares de piedra muy grandes, e puso en somo una muy grand tabla de marmol escripta de grandes letras que dizien assi: aqui sera poblada la grand cibdat; y en somo puso una ymagen de piedra, e tenie la una mano contra orient, e tenie escripto en la palma: fasta aqui llego Hercules, y ell otra mano tenie contrayuso mostrando con el dedo las letras de la tabla (PCG, I: p. 8b).

Posteriormente, a sua efetiva fundação caberá a Júlio César que encontra o monumento e funda uma cidade a que dá o nome de Ispalis.<sup>51</sup>

Toledo também é assinalada por Hércules que entende, novamente “por arte de astronomia”, que aí será povoada uma cidade, e marca o local, agora com uma casa maravilhosa.<sup>52</sup> Porém, no caso

de Toledo, é a atuação do rei Rotas que é simbolicamente mais significativa pois todos os elementos desta narrativa contribuem para contemplar o local com uma valência de *axis mundi*, nomeadamente, pela consciencialização da sua posição geograficamente central, no meio exato da Península Ibérica; sendo a dimensão ctónica, de ligação ao mundo inferior, dada por uma caverna habitada por um monstro / dragão com quem Rotas se relaciona e, finalmente, a ligação ao espaço superior estabelece-se graças à edificação de torres.<sup>53</sup>

O povoamento propriamente dito de Toledo tem início depois, com Espam, continuando com o seu genro, Pirus. No entanto, não é esta a única tradição sobre a fundação de Toledo. Há que salientar a existência de versões alternativas, como a que atribui a fundação (ou re-fundação / re-povoamento) desta cidade a dois côsules romanos<sup>54</sup> ou a que a atribui aos “Almonizes”.<sup>55</sup>

Outra situação digna de referência é a existência de casos de “branqueamento” de origens. Um procedimento deste tipo é visível na manipulação e limpeza a que a *Crónica de 1344* procede da explicação da fundação do Porto, de cujo nome decorre a designação de Portugal. Por um lado, nos capítulos iniciais, quando se fala dos primórdios da povoação do Mundo, de acordo com o que é referido na *Estoria de Espanna* afonsina, a Crónica portuguesa admite que os primeiros povoadores do Porto chegaram degredados.<sup>56</sup> No entanto, mais adiante, insere um trecho novo onde volta a contar a história mas omitindo liminarmente a alusão menos abonatória:

Contado avemos ja ã os prymeiros cadernos deste livro, onde falla das po-boaçõoes das terras, como e por que razõ foy chamado Portugal. Mas, por que os que leessem ã este logar e nõ em aquelle outro ficariam dovidosos, porẽ queremos aqui dizer algũa cousa como foy achado este nome. E devedes de

saber, que, quando se as terras começarõ de pobrar, em as partes de Galiza foy logo pobrado acerca Doyro o castello de Gaya. E, por esto, os pescadores de Galliza e das outras partes d'arredor êtravam per o Doiro em suas barcas e viinhã a Gaya vender o seu pescado. E despois passavansse da outra parte, por que era bõo logar e de boa area pera estender as redes e folgar. E por esto poverom nome, aaquele logar em que assi aportavã, Porto. E, despois per tempo, foy ally pobrada hũa villa e chamaronlhe o Porto. E, despois que hy aportarõ os Gallases em suas naves, foy posto nome aa terra Portugal (1344b, IV: 5).<sup>57</sup>

Um outro caso semelhante, situado em época menos longínqua, refere-se à nomeação de Zamora, em tempos de Afonso III, o Magno, de Leão. Este relato é uma anedota onde se justifica o nome da cidade com uma exclamação que teria sido pronunciada para enxotar uma vaca negra: “ça mora!”, expressão esta que, corrompida, viria a dar o nome à cidade.<sup>58</sup> Este tipo de nomeação muito imaginativa, livre e baseada numa expressão ou frase dita por alguém importante ou num momento especial será reencontrada adiante, como uma das formas mais comuns veiculadas pelas tradições lendárias populares.

O curioso é ver como, num diálogo intertextual, esta versão, porque incómoda, é rebatida por um dos colaboradores de Afonso X, frei Juan Gil de Zamora, que nos dá uma explicação completamente diferente do nome desta cidade, referindo-se a Zara, filha de Pompeu que, depois do seu pai ter assediado a cidade durante muito tempo, obtém autorização para falar com os valentes cidadãos, convencendo-os a fazer as pazes, na condição do nome da cidade ser alterado em honra do cônsul romano e de sua filha. Neste caso, Zamora proviria da junção de Zara+Roma, trocando-se as letras de Roma. É ainda referida a possibilidade “Cesaris mora” (com o sentido de “obstáculo”, que nesta cidade teria encontrado o imperador Júlio César), mas salvaguarda-se que esta é “uma interpretação do



nome e não a verdade da sua interpretação”. Por fim, alude-se em termos muito violentos à lenda da vaca, qualificada como “estúpida fábula”.<sup>59</sup>

Por fim, uma situação que à primeira vista parece contrariar o traço que identificámos anteriormente e que colocava a fundação de cidades no âmbito exclusivamente humano. Trata-se da narrativa da re-fundação e re-nomeação de Constantinopla pelo imperador Constantino, que surge na PCG:

Et morando y en una cibdat que auie nombre Bizancio, auinol assi una noche, que el yaziendo durmiendo en su lecho, uinol en uision quel parauan delante una muger uegezuela muy fea et much enatia et muerta; et diziel sant Siluestre: «Costantino, faz oracion et ressuscitara esta muger». Et el oraua luego, et ressuscitaua la muger, et tornauasse sana et muy fermosa; et pagauasse Costantin della de buen amor et casto, et cubriela de su manto, e poniel su corona en la cabeça; et todo quanto bien ell auie. E Elena su madre diziel: «fijo, tuya sera aquesta, et numqua morra fasta la fin del mundo». E quando desperto ell emperador Costantino, conto aquel suenno a todos sus amigos, et mayormientre a sus hijos et a todos sus parientes. Et ellos dizienle cada uno lo que les semeiaua. Mas non se touo el por entregado de cosa que ningunol dixiesse, et echosse a oracion, et dixo contral Nuestro Sennor Dios: «Sennor Ihesu Cristo fiiio de Dios, sepas que no quedare de orar et de ayunar fasta que me tu fagas entender la uision que me mostreste por sant Siluestre, tu sieruo». E des que ouo ayunado siete dias un depos otro, apareciol otra uez en uision sant Siluestre, et dixol: «la uieia que tu uiste es Bizancio, esta cipdat en que estas, que uees que a ya los muros todos caydos de uegedat. Et por ende sube en el cauallo en que andeste en Roma en las aluas el dia que fuste bateado, quando andeste por todas las yglesias de los apostoles et de los martires pintandolas et afeytandolas con oro et con plata et con piedras preciosas; et leuaras en tu mano la tu senna que a nombre *labaro*, et soltaras las riendas al cauallo, et iras por o quier que te ell angel guiar, et leuaras por tierra rastrando la punta del labaro, de guisa que fagas sennal que parezca. Et por o aquella sennal fuere, mandarás fazer muros muy altos et muy fuertes; et esta cibdat que es uieia, tornar la as nueua, et poner las nombre del tuyo, et sera en ella muy loado el nombre del Nuestro Sennor Ihesu Cristo, et aura y muchas yglesias a onra de todos los santos, et regnaran en ella tus hijos et tus nietos et todos los que

de ti uinieren». E luego que desperto ell emperador, fuesse pora la yglesia, et conto amas las uisiones a sant Sinio que era ende obispo, et fizo cantar missas, et offrecio sus offrendas much onradas, et desi recibio el cuerpo del Nuestro Sennor muy omildosamientre, et caualgo en el su cauallu aquell en que andara en las aluas en Roma quando fuera bateado, et tomo el labaro en su mano, et finco la punta en tierra, et solto las riendas al cauallu, et fue por o ell angel le guio. E desi mando fazer adarues por aquella sennal que el labaro fizo, et poblo aquella cibdat; et llamola Costantinopla del su nombre, que quiere tanto dezir cuemo cibdat de Costantino, et enriqueciola et fizola mas que cibdat que en mundo fuesse aquella sazón, de guisa que aquella sola se podie egualar a Roma et no otra ninguna; et alli fue muy grand tiempo la cabeça dell imperio, et a grado de los que uinieron de Costantino alli fuera todauia (PCG, I: 195a-b).

Este relato destaca-se pelo seu pormenor em termos simbólicos e de ritual (cf. a figura de uma mulher decadente e morta como imagem da cidade que deve ser ressuscitada por Constantino ou a marcação dos limites para a muralha guiada pelo cavalo e de acordo com preceitos muito específicos) e também porque a re-fundação é desencadeada por um sonho que funciona como uma ordem ou um incentivo divino, o que parece contrariar a anterior observação relativa ao carácter essencialmente humano das fundações de cidades no quadro da civilização cristã. Porém, pensamos que esta observação continua válida por várias razões. Por um lado, este é um episódio que se enquadra primordialmente no âmbito mais lato da questão da adoção do cristianismo como religião oficial do Império Romano, sendo que o que está aqui em jogo é a apresentação de Constantino como um imperador que cumpre os desígnios e as ordens da divindade e afins. O traço fundamental da narrativa é a cristianização do espaço, o que aqui se aplica a uma cidade, mas que pode ser igualmente aplicado a outro tipo de espaço, como, por exemplo, e mais comumente, um local de culto. Além disso, o relato, apesar de incidir sobre assuntos relacionados com o cris-

tianismo, está visivelmente imbuído de estruturas de pensamento anteriores,<sup>60</sup> relacionadas com mentalidades onde, como vimos, a fundação ou refundação / renomeação de cidades pode ser resultado de ordens divinas, não existindo um traço acentuado de negatividade associado a uma “humanidade pecadora” como parece existir no caso dos relatos de fundação de cidades mais marcados pela ideologia cristã. Tal como em muitos outros domínios onde convergem e se combinam elementos de diferentes origens, mais e menos remotas, podemos encontrar tendências mais e menos recorrentes. No caso da predominância de uma mentalidade cristã, consideramos possível defender que os relatos de fundação de cidades se apresentam marcados pela humanidade e pelo pecado. Quando alguns substratos mais antigos perduram (não só da cultura greco-latina mas, presumivelmente, bastante mais antigos), o relato pode assumir uma maior ambivalência, nomeadamente graças a um carácter menos negativo e, eventualmente, uma ligação com a divindade.

Em suma, os textos que relatam a fundação de cidades ou que se debruçam sobre os respetivos nomes, existentes na historiografia ibérica afonsina e de inspiração afonsina dos sécs. XIII e XIV assemelham-se, nos seus traços mais proeminentes, ao que já se encontrava nas *Etimologias* isidorianas.

No que toca à nomeação, os processos que encontramos são os mesmos:

- a associação ao nome da etnia dos seus primeiros povoadores – ex: Tarragona ou Cartagena;
- a nomeação de acordo com o nome do seu fundador ou fundadores – ex: Lisboa;
- com base num facto – ex: Ussuna (Ursina), pela abundância da

caça grossa;

- por causa da sua situação geográfica – ex: Porto;
- em honra / homenagem a alguém – ex: Libéria, em honra da mulher de Pirus ou Helenopol em honra de Helena, mãe do Imperador Constantino (esta última só na PCG, I, 195b).

Paralelamente, verifica-se:

- em alguns casos, quando há vários elementos que concorrem para a fundação de uma cidade, pode verificar-se a fusão de dois nomes – ex: Tarragona – Tirassona -> fundada por gentes de Tiran e de Ansona; Lisboa = Ulisses + Boa;

- a indicação de nomes que se corromperam com o uso: Tirasona -> Tarragona ou “Ça Mora” -> Zamora;

- casos de cidades cujos nomes mudam / são substituídos ao longo dos tempos são assinalados – ex: Ispalis -> Sevilha; Espartaris -> Cartagena -> Monte Aragão ou ainda (só na PCG) Bizâncio -> Constantinopla.

Por outro lado, em termos de imaginário, voltamos a encontrar:

- o *topos* da cabeça enterrada (presente na lenda de Tróia e também quando Hércules enterra a cabeça do gigante Gerion, que vencera, e manda construir uma torre por cima, quando funda A Corunha);

- a ligação ao gado *vacum*, na lenda de Tróia e no caso da anedota sobre a fundação de Zamora;

- a questão da premonição / adivinhação astrológica, semelhante a um horóscopo de um ser vivo (cf. Dido, Rotas e, sobretudo, Hércules que adivinha e impõe marcas nos locais das cidades futuras de Toledo e Sevilha);

- a relação de enobrecimento mútuo entre fundadores e cidades fundadas. Esta questão coloca-se já com o comportamento de

Hércules, e é extensiva aos procedimentos de alguns soberanos reportados nestas crônicas que procuram associar os seus nomes a cidades importantes, ou porque as povoam, lhes alteram o nome ou as marcam com algo de seu, regra geral, um monumento ou um acto significativo;

- finalmente, e com especial relevo, a distinção de Toledo como uma cidade marcada com as características de um *axis mundi*.

Estas narrativas de fundação fixam, por escrito, o momento fundamental da criação de uma cidade ou desmontam os mecanismos linguísticos que poderão ter estado na base da sua nomeação. Pode, à primeira vista, parecer-nos que estamos a lidar com narrativas muito simples (até porque frequentemente se trata de relatos breves, pouco elaborados, às vezes até anedóticos), porém trata-se, na verdade, da fixação de um momento simbólico fundamental e complexo, onde se cruzam (ou podem cruzar) questões basilares centradas, essencialmente, em alguns vetores complexos e importantes tais como:

- a associação a eventuais atos e/ou personagens (reais ou imaginados);

- as premonições que são feitas e que recaem sobre o destino futuro das cidades;

- eventuais ambiguidades e ambivalências decorrentes da convergência de tradições díspares, mais e menos remotas;

- a associação à palavra, a dois grandes níveis: a palavra que dá nome à cidade e, por isso, a eleva à existência; e, não menos importante, a palavra que constitui o relato fundacional e o transmite para a posterioridade.

## 5. NARRATIVAS FUNDACIONAIS DA TRADIÇÃO ORAL

As narrativas fundacionais da tradição oral reincidentem nas mesmas questões que temos vindo a salientar.

No caso da recolha realizada por Leite Vasconcellos, *Contos Populares e Lendas*, é particularmente curioso o denominado “ciclo das lendas etiológicas”, totalmente dedicado à explicação de nomes de terras diversas.<sup>61</sup> Estas explicações, baseadas em etimologias muito fantasiosas e em corruptelas linguísticas recuperam procedimentos que vimos em acção já nas *Etimologias* isidorianas.

Uma grande parte das designações das cidades é justificada com uma exclamação ou frase dita, por vezes, por uma pessoa anónima, outras vezes, por um rei, especificado ou indeterminado, ou por alguém considerado como “importante” (“um fidalgo” ou uma personagem identificada, como, por ex., D. Nuno Álvares Pereira), num momento relevante ou quando está de passagem. Como exemplo, podemos referir o caso de Abrantes:

Conta-se que num cerco, quando Abrantes era praça fechada, a filha do governador perguntou ao pai se devia abrir ou fechar a porta aos sitiantes, e ele respondeu: «Abre antes» (CPL, p. 829).

Os “nomeadores” podem ainda ser mouros ou o momento da nomeação pode ser remetido para os tempos dos mouros, entendido aqui como sinónimo de “tempos longínquos”.<sup>62</sup> Os soberanos identificados são diversos,<sup>63</sup> com especial destaque para D. Dinis e Santa Isabel.<sup>64</sup>

Voltamos ainda a encontrar a ligação a gado vacum, como no caso de Alvito,<sup>65</sup> Boidobra (na Covilhã),<sup>66</sup> bem como a cobras ou a fins, caso do Sardoal<sup>67</sup> ou de Serpa,<sup>68</sup> sendo que esta última teria

sido fundada sobre uma serpente enterrada.<sup>69</sup>

Encontramos ainda um caso de alteração de nome, no que se refere a Portalegre:

O nome é bem posto, porque da cidade se avista grande horizonte. *Porto* deve vir de *passagem de monte*. A lenda diz que a cidade se chamava Corticeira e que um rei (os cultos dizem D. Manuel) vindo a estes sítios, ao chegar ao *porto*, formado pelo Cabeço do Mouro e a Serra da Penha, exclamou: «Chamam-lhe Corticeira e eu chamo-lhe Portalegre» (CPL, II: 845).

Graças a estes textos mais singelos onde a tradição se limitou, por vezes, a ornamentos muito ligeiros de maravilhoso ou de romanceamento básico, torna-se fácil identificar alguns “núcleos duros” destes relatos fundacionais:

- a localização temporal remota (frequentemente associada ao “tempo dos mouros”);
- as etimologias muito fantasiosas associadas a frases ditas, junção de nomes, ou nomes isolados;
- o imaginário animal, vaca ou cobra, que poderão ser lidos como elementos quase totémicos ou eventuais resquícios de substituições sacrificiais arcaicas que ainda perdurariam no imaginário.

Estes relatos têm assim a grande vantagem de reduzirem ao essencial o que em outros lugares nos surge amplificado e complexificado, podendo provocar alguma dispersão no que respeita à essência destas narrativas.

## 6. NARRATIVAS DE FUNDAÇÃO NA INTERNET

Neste momento, em Portugal, existem 151 cidades. Porém, para a presente pesquisa foi seleccionada uma parcela deste conjunto de

acordo com os seguintes critérios:

1. As 18 capitais de Distrito;<sup>70</sup>
2. As duas capitais de regiões autónomas;<sup>71</sup>
3. As duas cidades que, tendo tido o estatuto de cidade atribuído, desde o período medieval, por serem sede de diocese, neste momento, não são capital de distrito.<sup>72</sup>

Praticamente todos os espaços Web destas câmaras municipais têm uma página sobre a história do concelho, mais desenvolvidas umas, mais esquemáticas outras. Esta página nem sempre é das mais evidentes pois, na maior parte dos casos, trata-se de uma página subsidiária da ligação a “concelho” ou, menos frequentemente, a “Turismo”, havendo ainda outras possibilidades mas bastante menos comuns. O facto destes elementos estarem em segundo ou terceiro nível de profundidade nos sítios ou portais significa que a sua importância não será considerada como preponderante. Porém, têm importância suficiente para serem integrados nestes espaços de divulgação oficial dos municípios.

No que se refere à fundação das cidades em causa, as diferentes páginas consultadas costumam sublinhar a antiguidade do povoamento, que geralmente fazem remontar a vestígios pré-históricos existentes. Na sua maior parte, esforçam-se por apresentar dados historicamente confirmados, seja arqueologicamente, seja documentalmente (caso dos forais atribuídos). No entanto, estes elementos também se podem articular com algumas características das narrativas fundacionais que temos vindo a considerar, nomeadamente, com a sua preocupação em atribuir antiguidade e dignidade aos locais.

Diversos são os casos em que é feita uma alusão a alterações ou a evolução de designações: Beja – anteriormente *Pax Julia*; Braga –



*Bracara Augusta*; Évora – anteriormente *Liberalitas Julia*; Faro – *Osónoba* no período romano e *Santa Maria* sob domínio mouro; Vila Real – anteriormente *Constantim de Panóias* e *Vila Real de Panóias*; Setúbal – anteriormente *Cetóbriga*; Porto → Portucale; Cilpes → Silves. Frequentemente tenta-se explicar a etimologia do nome da cidade (caso da Guarda, graças à sua posição estratégica, de atalaia fronteiriça,<sup>73</sup> de Silves e de algumas das suas freguesias<sup>74</sup> ou do Funchal por causa da existência de funcho).<sup>75</sup> Também o nome do fundador é referido, como no caso de Beja, fundada ou por Júlio César ou por Augusto;<sup>76</sup> Braga por César Augusto;<sup>77</sup> Évora, também por César Augusto;<sup>78</sup> Leiria, cuja fundação medieval é atribuída a Afonso Henriques<sup>79</sup> ou ainda Vila Real, por D. Dinis.<sup>80</sup>

Alguns sítios aludem ainda a lendas de fundação, mesmo se para as contrariar, como é o caso de Bragança, na página “Breve panorâmica histórica”:

Eduardo Carvalho refere que o actual topónimo – Bragança – derive do étimo *Berge* (do germânico monte) que, assim, significaria Terra dos Montes, negando as opiniões que associam o topónimo a Brigo (rei lendário de Espanha) ou a Briga (significando cidade). Este topónimo, teria desaparecido ou caído em desuso com a invasão árabe para aparecer associado, posteriormente, a uma região,  
[http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM\\_Paginald=40388](http://www.cm-braganca.pt/PageGen.aspx?WMCM_Paginald=40388) [consultado em dezembro de 2010]

Ou de Santarém, na página “Caracterização histórico-cultural”:

As teorias tardo-renascentistas que associam a fundação de Santarém ao nome do fundador mítico de Tartessos (o herói Habis) são inaceitáveis à luz dos conhecimentos actuais. A arqueologia demonstra-nos que a primeira “estrutura urbana” do povoado remonta ao Bronze final.  
<http://www.cm-santarem.pt/concelho/caracterizaodoconcelho/Paginas/historicocultural.aspx> [consultado em dezembro de 2010].

Já no portal do Município de Viseu, a heráldica da cidade é justificada por uma lenda fundacional reportada por Garrett e que não é mais do que a lenda do Rei Ramiro, que conhecemos dos *Livros de Linhagens* e é aqui usada para explicar os nomes de Gaia e de Miragaia:

Em 1863, segundo Vilhena Barbosa, o brasão tinha a seguinte composição: “escudo dourado, e n’elle um Castello de prata em campo azul, banhado por um rio. Tem de um lado do Castello a figura de um homem em trajos de peregrino, tocando uma bozina, e do outro lado um pinheiro”.

“Achamo-lo ainda descripto por outro modo, consistindo a differença em se achar sobre as ameias do Castello o homem que toca a bozina”. Esta segunda versão é a que hoje vigora e em relação à descrição feita, apenas a alusão ao rio não consta. Seja como for é ainda na lenda contada por Garrett que se pode beber a simbologia do Brasão de Viseu:

“D. Ramiro II, Rei das Astúrias e de Leão, que reinou desde o anno de Christo de 931 até o de 950, n’uma excurção que fez de Vizeu, onde então residia, por terras de moiros, viu e enamorou-se da famosa Zahara, irmã de Alboazar, rei moiro, ou alcaide do castello de Gaia sobre o rio Douro. Recolheu-se D. Ramiro a Vizeu com o coração tão captivo, e a razão tão perdida, que sem respeito aos laços, que o uniam a sua esposa D. Urraca, ou como outros lhe chamam D. Gaia, premeditou e executou o rapto de Zahara. Em quanto o esposo infiel se esquecia de Deus e do mundo nos braços da moira gentil n’um palácio à beira mar, o vingativo irmão de Zahara, trocando affronta por affronta, veio de cilada, protegido pela escuridão de uma noite, assaltar e roubar nos seus próprios paços a rainha D. Gaia. A injúria vibra n’alma de Ramiro o ciúme e o desejo de vingança. O ultrajado monarcha vòa à cidade de Vizeu, escolhe os mais valentes d’entre os seus mais aguerridos soldados, e la vae á sua frente caminho do Douro. Chegando à vista do castello d’Alboazar, deixa a sua cohorte occulta n’um pinhal, e disfarçado em trajos de peregrino, dirige-se ao castello, e por meio de um anel, que faz chegar às mãos de D. Gaia lhe annuncia a sua vinda. O peregrino é introduzido immediatamente à presença da rainha, que fica a sós com elle. Alboazar tinha ido para a caça. D. Ramiro atira para longe de si as vestes e barbas, que o desfiguravam, e corre a abraçar a sua esposa. Esta porém repelle-o indignada, e lança-lhe em rosto a sua traição. No meio de um vivo diálogo de desculpas de uma parte, e de recriminações de outra, volta da caçada Alboazar. D. Ramiro não pode fugir. Já se sentem na sala conjunta

os passos do moiro. A rainha, parecendo serenar-se, occulta o marido n'um armário, que na camara havia. Mas apenas entrou Alboazar, ou fosse vencida d'amor por elle, ou cheia d'ódio para com o esposo pela fé trahida, abre de par em par as portas do armário, e pede vingança ao moiro contra o christão traidor. D'ahi a pouco era levado el-rei D. Ramiro a justicar sobre as ameias do castello. Chegado ao lugar de execução pediu o infeliz, que lhe fosse permitido antes de morrer despedir-se dos sons accordes da sua bozina. Sendo-lhe concedida esta derradeira graça, D. Ramiro empunha o instrumento, e toca por tres vezes com todas as suas forças. Era este o signal ajustado com os seus soldados, escondidos no proximo pinhal, para que, ouvindo-o, lhe acudissem apressadamente. Portanto n'um volver d'olhos foi o castello cercado, combatido, tomado, e depois incendiado. A desprevenida guarnição foi passada ao fio da espada, e Alboazar teve a morte dos valentes: expirou combatendo. E D. Gaia, como ao passar o Douro para a margem opposta, se lastimasse e mostrasse dôr, vendo abrasar-se o castel'ó, foi victima também do ciume de D. Ramiro que cego d'ira a fez debruçar sobre a borda do barco, cortando-lhe a cabeça de um golpe d'espada. Á fortaleza em ruínas ficou o povo chamando o castello de Gaia, à margem do rio, onde aportou o barco de D. Ramiro, deu-lhe o nome de Miragaia, em memória d'aquelle fatal mirar da misera rainha".

Esta é pois a lenda que se presume ter dado origem ao Brasão de Viseu. Temos assim que o Castelo representa o de Alboazar, o tocador de corneta, o rei D. Ramiro e a árvore, o bosque em que se esconderam os habitantes de Viseu. Lenda ou fábula ela representa uma forma de interpretação e por ser carregada de antiguidade merece bem que se respeite como tal. Mas fazendo fé em Vilhena Barbosa, nem tudo será hipotético porque "D. Ramiro II roubou a moira Zahara, irmã ou filha d'Alboazar, a qual se fez christã, tomando no baptismo o nome de Artida ou Artiga. Repudiando a rainha D. Urraca, casou segundo uns, ou viveu amancebado segundo outros, com Zahara de quem teve um filho, chamado D. Alboazar Ramires que foi o primeiro fundador do Mosteiro de Santo Thirso".

[http://www.cm-viseu.pt/portal/page?\\_pageid=402,1461363,402\\_1374171&dad=portal&schema=PORTAL](http://www.cm-viseu.pt/portal/page?_pageid=402,1461363,402_1374171&dad=portal&schema=PORTAL) [consultado em dezembro de 2010].

Finalmente o caso do site da Câmara Municipal de Portalegre, que inclui uma página com "lendas da cidade" onde reporta uma "lenda da cova da moura" e outra da "Moura da Provença" (<http://www.cm-portalegre.pt/page.php?page=351> [consultado em dezembro de 2010]).

Com base nestes testemunhos podemos dizer que a memória dos relatos fundacionais, nomeadamente dos de cidades, perdura até aos nossos dias. É claro que não defendemos qualquer tipo de crença na veracidade das narrativas míticas. Porém é inegável a permanência de um valor cultural associado a estas lendas... Assim, salientamos:

- as preocupações com as origens das cidades, que se tenta fazer remontar ao período mais antigo possível;

- a referência a explicações etimológicas (umas mais científicas mas outras ainda tão imaginativas quanto algumas propostas de Santo Isidoro);

- a concessão de algum espaço, mesmo em espaços oficiais, a lendas e mitos, que aqui serão integráveis na categoria da “memória coletiva” e do “património imaterial” a preservar.

Vemos assim como, apesar do contexto mudar, apesar das narrativas poderem sofrer adaptações, as invariantes mantêm-se. Os componentes da nacionalidade, tal como defendido por alguns historiadores,<sup>81</sup> assentam o seu cerne em elementos tais como uma língua comum, um território próprio e uma cultura distinta. A estes elementos pode ainda acrescer a pertença a uma religião ou a uma etnia específica. Transversalmente, mas também de suma importância para a consolidação de um sentimento nacional, é possível considerar a existência de uma história e de heróis nacionais que, pelo passado, justifiquem e fortaleçam o presente. Ao sublinharem o passado remoto das suas cidades, as Câmaras Municipais estimulam sentimentos de orgulho e de pertença que, *mutatis mutandis*, obedecem à mesma lógica emotiva que promove o sentimento nacional.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois deste percurso, torna-se possível falar de algumas características que poderão ser vistas como inerentes às narrativas de fundação de cidades.

Em termos gerais, este tipo de relato de fundação é uma narrativa:

- geograficamente precisa (apesar de haver um ou outro caso de adaptações ou transferência de lendas, o que corresponde ao fenómeno da contaminação, tão frequente nos relatos orais tradicionais), podendo reportar, inclusivamente, pormenores de rituais relacionados com a disposição e o traçado de artérias ou a constituição de muralhas como nas narrativa sobre Roma, Cartago e Constantinopla,

- que em termos historiográficos pode ser muito imprecisa (quando se reporta a um passado remoto mas difuso e não identificado), como também pode procurar uma referência histórica precisa, sempre que ao ato de fundação se associa a uma figura histórica concreta. Em qualquer dos casos, é dado adquirido (ou desejado) a maior antiguidade possível do momento fundacional, uma vez que, em termos ideológicos, a vetustez e os pergaminhos são valorizados muito positivamente.

A fundação de uma cidade coincide com o ato de nomeação. Este ato é complexo e pode revestir-se de intenções e significados diversos, com algumas características perenes e outras que podem ocorrer ou não. De perene, há que sublinhar a importância da nomeação propriamente dita, mesmo quando tal se resume ao seu reflexo posterior, centrado em pouco mais do que uma breve explicação etimológica (mais ou menos plausível) do respetivo nome. A questão da nomeação pode decompor-se nos seguintes traços fun-

damentais:

- a performatividade da palavra no ato de nomeação. Ou seja, a nomeação, tal como sucede no batismo, é um dos raros momentos em que a palavra coincide com a “coisa” pois quando um padre batiza uma criança, o ato de a nomear é a própria nomeação;<sup>82</sup>

- o conferir de sentido / existência, pois só o que tem nome existe verdadeiramente. A nomeação é o momento que transforma um eventual aglomerado numa vila ou numa cidade, caucionando a sua existência efetiva. Novamente como no batismo, é a imposição de um nome que confere ao sujeito (neste caso, à cidade) uma existência plena e uma identidade única;

- por outro lado, e ainda à semelhança do ato de batismo, também numa cidade a imposição de um nome implica a reprodução de um momento sagrado, o momento primordial da nomeação das coisas e dos seres, com o aval divino. Porém, este momento sagrado, no que às cidades se refere, e em contexto predominantemente cristão, é obra humana, o que se pode tornar paradoxal. Este paradoxo é particularmente bem retratado no seguinte excerto de Brunetto Latini que remete para uma edificação cidadina pelo canto e pela palavra:

7. Tuilles dit que al commencement que li home vivoient a guise de bestes, sans propre maison & sans conoissance de Dieu parmi les bois & parmi les repostailles chanpestres, si que nus ne gardoit mariages, nus ne conosoit pere ne fils. Si fu un sages homes parlans que tant conseilla les autres & tant lor mostra la grandor de l’ome & la degnité de la raison & la descression que il les retrait de savaugines & les aombra a habiter en un luec & a garder raison & justice. & ensi par la bone parleure qui en lui estoit aconpaigné au sens cist home fu ausi come un segont Dieu, qui estora le monde par l’ordre de l’umaine compaignie.

8. & ci nos raconte l’astoire que Arestion, qui fist la cité de Ateines, [que] il faisoit venir le piere & le marien a la douçor de son chant, ce est a dire que por ses bones paroles il retrait les homes de sauvages roches ou il abitoient & les

amena a la comune habitasion de celle cité. 9. & d'autres part s'acorde bien Tuilles a ce que Aristotes dit de parleure, que elle est mauvaise art; mais c'est parleure sans sapience quant uns hom a bone laingue dehors & il n'a point de conseil dedens, sa parleure est fierement perillouse a la cité & as amis.<sup>83</sup>

Elemento constitutivo destas narrativas, segundo vimos, é, em contexto cristão, a “humanidade” da fundação e da nomeação de cidades.<sup>84</sup> Esta “humanidade” assume essencialmente, duas variantes, evidentes nas inúmeras etimologias observadas, de Santo Isidoro às páginas web:

- casos onde a nomeação se revela como uma marca de poder ou de posse. Aqui, a nomeação ocorre do exterior para o interior ou de cima (do poder) para baixo (para o possuído). Trata-se dos casos em que a nomeação reflete a associação a uma figura histórica determinada que liga o seu nome a uma cidade que conquista ou que funda. Nestes casos, dá-se frequentemente uma situação de enobrecimento mútuo: tanto mais poderoso é um rei, guerreiro ou herói que funda / conquista (nomeia ou renomeia) muitas e boas cidades, e tanto mais nobre é uma cidade, quanto mais glorioso for o nome a que associa a sua fundação. Para o “nomeador”, a fundação ou refundação de uma cidade pode ser equacionada com noções como “nomeada”, “fama” ou “memória” o que, até certo ponto, pode fazer sentido numa linha de busca de perenidade, de perpetuação para além da morte física graças às marcas que se deixam na terra. Deste modo, pode formar-se uma espiral de enobrecimento mútuo que se desenvolve ao logo do tempo;

- situações onde a nomeação procura uma adequação; aqui a nomeação dá-se a partir do interior, do cerne do local, tendo por base características próprias, físicas, geográficas ou outras. Para a nomeação ser adequada, tem de existir e de ser reconhecível a

identificação entre o nome e o lugar. O nome tem de espelhar e de condensar em si mesmo a essência da cidade que nomeia. Este processo tem duas implicações:

1) por um lado, o caucionar da etimologia como procedimento válido para explicar o caráter do “objeto” pela respetiva desconstrução explicativa. E aqui podemos recordar:

a) na linha da tradição greco-latina, o cratilismo, apresentado por Platão no diálogo *Crátilo*, onde se discute a validade dos procedimentos etimológicos;

b) na linha do pensamento judaico-cristão, o Génesis, com a criação do Mundo, quando Deus diz “faça-se luz” e a primeira madrugada acontece,

2) por outro lado, o perigo da menor adequação da designação, porque humana, o que poderá estar subjacente aos casos de alteração de nome. Será que o Homem consegue nomear o Real da forma mais adequada à essência desse Real? Ou nomeia o Real de modo adequado à sua percepção desse Real? Afinal... só Deus terá o conhecimento total e absoluto... O conhecimento humano é, por definição, sempre parcial e descontínuo... Porém, no caso da nomeação de cidades, apesar de se tratar de um comportamento humano que mimetiza a atuação divina, o que é nomeado não pertence à Natureza criada por Deus. Trata-se de obra humana, pertencente ao mundo adulterado, pós-edénico, marcado pelo pecado. De acordo com este raciocínio, uma nomeação humana será adequada. Inclusivamente as hesitações de nomeação que observámos, visíveis nos casos de proliferação de designações, são explicáveis à luz da insuficiência humana. O mesmo com as ambiguidades e polivalências, que espelham a miscigenação de tradições que podem confluir num relato de fundação de cidade, reflexo da



humanidade, responsável, não só pela obra física, como pela palavra que nomeia o espaço e pela narrativa que veicula a lenda da sua gênese.

Na sequência do que acabamos de dizer, cabe uma alusão a dois fenómenos particularmente interessantes, relacionados com a dinâmica e com a ambivalência das cidades. Por um lado, a centralidade das cidades nas utopias de mundos perfeitos: relembremos as obras de Campanella e de Thomas More.<sup>85</sup> Por outro lado, o surgimento de espaços de indefinição e de dissolução identitária, denominados por Marc Augé como “não-lugares”.<sup>86</sup> Estes últimos, em particular, são de extremo interesse pois refletem a erupção de zonas sem identidade no território que, pela sua gênese, pretende ser exatamente o contrário, ou seja, o espaço conhecido, denominado, que se opõe às regiões selvagens e à *terra incognita*.

A questão da identidade prende-se ainda com o estabelecimento de fronteiras e, decorrente destas, com a formação de estereótipos (entramos aqui no domínio da imagologia) uma vez que as narrativas fundacionais cruzam frequentemente elementos muito importantes relacionados com o imaginário coletivo e identitário. No caso dos relatos de fundação de cidades, cria-se uma identidade de lugar que se impõe aos naturais e distingue-os dos que os rodeiam. A existência de fronteiras acarreta frequentemente a formação de estereótipos sobre “o que sou eu” e “como são ou outros”...

Os casos de nomeações disfóricas, onde se procura denegrir ou provocar o ridículo, também se podem integrar nesta lógica, se bem que *a contrario*, ou seja: este tipo de historieta desconstrói e faz cair no risível a terra e, por sinédoque, as respetivas populações. Porém, mesmo pela negativa, também as carrega de significado e diferencia um lugar relativamente aos demais.

Finalmente, a conclusão mais evidente que estes relatos nos impõem: a sua notável capacidade de adaptação a diferentes épocas e de sobrevivência. Esta sobrevivência prova não só a sua flexibilidade, mas também, e sobretudo, que nunca deixaram de fazer sentido a nível do imaginário e do seu poder cultural. Provavelmente, nunca deixarão de fazer sentido, pelo menos enquanto o Ser Humano, seu criador e fomentador, mas também seu refugiado e seu protegido, se mantiver sobre a face da Terra.

## Notas:

- 1 São muitas as obras que se referem a cosmogonias e para as quais poderíamos aqui remeter. Optamos, no entanto, por salientar uma pela articulação que faz com a noção de herói: CAMPBELL, Joseph. *The Hero With a Thousand Faces*. Novato, California: New World Library-Joseph Campbell Foundation, 2008 que, especialmente na II Parte (“The Cosmogonic Cycle”) refere e analisa muitos relatos cosmogônicos de todos os pontos do globo, tanto de religiões mais elaboradas, como de mitologias mais primitivas e de carácter tradicional. Estes relatos referem não só a criação do mundo e do universo, mas também a criação do homem e da mulher ou ainda a ligação a um feminino básico, a “mãe do Universo”.
- 2 Veja-se o relato da criação do mundo (Gen: 1-31), por exemplo, na “Bíblia dos Capuchinhos”, disponível em: [http://www.capuchinhos.org/biblia/index.php?title=Gn\\_1](http://www.capuchinhos.org/biblia/index.php?title=Gn_1) [consultado em dezembro de 2010].
- 3 Ver, por exemplo, a seguinte edição: HESÍODO. *Teogonia / Os trabalhos e os dias*. (trad. de Ana Elias Pinheiro e José Ribeiro Ferreira). Lisboa: IN-CM, 2005.
- 4 Ver, por exemplo, a seguinte edição: OVÍDIO. *Metamorfoses* (trad. de Paulo Farmhouse Alberto). Lisboa: Cotovia, 2007 (lv. I).
- 5 “Lenda das manchas da Lua”. In *Contos Tradicionais do Povo Português* (ed. por Teófilo Braga). Lisboa: Dom Quixote, 2002, vol. II, p. 308. Neste conto, as manchas da Lua são explicadas como sendo a imagem de um homem com silvas às costas, em algum momento apanhado por Deus a trabalhar ao Domingo.
- 6 “Lenda da lua e da água”. In *Contos Tradicionais do Povo Português* (ed. por Teófilo Braga). Lisboa: Dom Quixote, 2002, vol. II, p. 307.
- 7 “A origem do homem”. In CAMPOS, Correia de. *Mitos e Contos do Timor Português*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1967, pp. 63-65. Ver também REDINHA, José. *Os Bena-Mai da Lunda*. s/l: ed. do Fundo de Turismo e Publicidade, 1965, pp. 11-13 que refere a história tradicional dos Bena-Mai que diz que eles saíram de um buraco no chão.
- 8 “O que originou a forma actual da Lua”. In CAMPOS, Correia de. *Mitos e Contos do Timor Português*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1967, pp. 69-71.
- 9 NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire (La République - La Nation - Les France)*. Paris: Gallimard, 1997 (3 tomos). Nestes estudos são abordadas questões fundamentais relacionadas com a formação e preservação da memória e da identidade.
- 10 DUBOIS, Claude-Gilbert. *Mythologies de l’Occident. Les bases religieuses de la culture occidentale*. Paris: Ellipses, 2007 e, do mesmo autor, *Récits et mythes de fondation dans l’imaginaire culturel occidental*. Pessac: Presses Universitaires de Bordeaux, 2009. No primeiro livro Dubois debruça-se sobre diferentes tipos de mitos, o que inclui os mitos de fundação e de formação (cosmogónicos, antropogónicos, político-linguísticos) e identitários. No segundo título, aborda diversos aspetos do imaginário fundacional. A designação “relatos e mitos de fundação” é entendida em sentido lato, não se limitando às vertentes etiológicas e identitárias, mas estendendo-se até outros campos, caso das imagens literárias.
- 11 Sobre esta matéria ver: GUENÉE, Bernard. “Les généalogies entre l’histoire et la

politique: la fierté d'être Capétien en France au Moyen Âge". *Annales*. 33, 1978, pp. 450-477; SPIEGEL, Gabrielle M. "Genealogy: Form and Function in Medieval Historical Narrative". *History and Theory*. 22, 1983, pp. 43-53 e, especificamente para o território ibérico: KRUS, Luís. *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994; AURELL, Jaume. "From Genealogies to Chronicles: the Power of the Form in Medieval Catalan Historiography". *Viator*. 36, 2005, pp. 235-264; DACOSTA, Arsenio. *El Libro del linaje de los señores de Ayala y otros textos genealógicos - Materiales para el estudio de la conciencia del Linaje en la Baja Edad Media*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2007, entre outros estudos.

12 Ver LE GOFF, Jacques & LE ROY LAUDRIE, Emmanuel. "Mélusine maternelle et défricheuse". *Annales*. 26, 1971, pp. 587-622 e também LECOUEUX, Claude. "La structure des legendes mélusiniennes". *Annales*, 33, 1978, pp. 294-306.

13 Especialmente sobre a tradição da "Dama pé de cabra" ver KRUS, Luís. "Uma variante peninsular do Mito de Melusina: a origem dos Haros no Livro de Linhagens do Conde de Barcelos". *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 171-195, bem como o estudo de PRIETO LASA, José Ramón. *Las leyendas de los señores de Vizcaya y la tradición melusiniana*. Madrid: Fundación Ramón Menéndez Pidal, 1995. *Os Livros de Linhagens* podem ser consultados na seguinte edição: "Livro Velho de Linhagens" e "Livro de Linhagens do Deão". *Livros Velhos de Linhagens. Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série (ed. de Joseph Piel e José Mattoso). Lisboa: Academia das Ciências, 1980; "Livro de Linhagens do Conde D. Pedro". *Portugaliae Monumenta Historica*. Nova Série (ed. de José Mattoso). Lisboa: Academia das Ciências, 1980 (2 vols.).

14 Nesta área existe uma bibliografia extensíssima que se debruça, em grande parte, sobre os mitos troianos que foram criados para justificar várias monarquias europeias medievais, como a Francesa e a Inglesa, mas também há estudos sobre a aplicação de mecanismos idênticos a outros povos. Alguns exemplos de estudos sobre estes assuntos são os seguintes: BEAUNE, Colette. *Naissance de la Nation France*. Paris: Gallimard, 1985, WOOD, Ian. "Defining the Franks: Frankish Origins in Early Medieval Historiography". In FORDE, Simon, JOHNSON, Lesley e MURRAY, Alan V. (eds.). *Concepts of National Identity in the Middle Ages*. Leeds: Leeds Texts and Monographs, 1995, pp. 47-57, PARADISI, Gioia. *Le Passioni della Storia. Scrittura e memoria nell'opera di Wace*. Roma: Bagatto Libri, 2002, FEDERICO, Sylvia. *New Troy. Fantasies of Empire in the Late Middle Ages*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003, BAUMGARTNER, Emmanuèle. "Les Danois dans l'Histoire des ducs de Normandie de Benoît de Sainte-Maure". *Le Moyen Âge*. CVIII, 3-4, 2002, pp. 481-495 ou BOZOKY, Edina. "La représentation idéale d'Attila et de son royaume dans l'historiographie médiévale de Hongrie". In ALLIROT, Anne-Helene, LECUPPRE, G. e SCORDIA, L. (eds.). *Royautés Imaginaires (XIIe-XVIIe siècles)*. Turnhout: Brepols, 2005. De carácter mais geral é possível referir títulos como: GEARY, Patrick. *The Myth of Nations: the Medieval Origins of Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2003 ou CAROZZI, Claude e TAVIANI-CAROZZI, Huguette (dir.). *Peuples du Moyen Âge. Problèmes d'identification (Séminaire Sociétés, Idéologies et Croyances au Moyen Âge)*. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 1996.

15 A primeira invariante consiste na existência de um plano prévio (independentemente de este ser traçado por Deus ou pelo destino); segue-se a escolha de um homem

excecional a quem é confiada a execução do desígnio, mas que soçobra no umbral da sua completa realização. Num terceiro momento, verifica-se a existência de um segundo homem, biologicamente ou dinasticamente ligado ao primeiro “pai fundador”, que preside a uma deslocação para o Ocidente e à instalação num território específico sobre o qual se determina um direito de ocupação, cimentado pelo direito “do sangue”, assente graças à eleição divina do herói. O quarto momento consiste na instituição de uma ordem política e social, também obra do segundo fundador. Estabelece-se deste modo uma formação identitária com base na lei dada e aceite, que se soma aos vetores do sangue e da terra, formando assim um sistema estável e coerente. Às primeiras quatro invariantes, inerentes às próprias construções ideológicas e textuais, Claude-Gilbert Dubois acrescenta mais duas, centradas já numa perspectiva mais afastada. A quinta invariante identificada consiste na constatação de que os dois fundadores se limitam a estabelecer as bases de uma história, história esta que pertencerá às gerações futuras. Finalmente, a sexta invariante sublinha o facto destas construções literárias terem sido elaboradas em época muito posterior ao momento dos factos que reportam, estando por conseguinte imbuídas de um contexto coevo, que pretendem legitimar.

16 Para uma recolha de contos africanos que integra vários contos etiológicos, ver ROSÁRIO, Lourenço do. *Contos africanos*. Lisboa: Texto editora, 2001 (que integra o conto a que se faz aqui alusão); também Leite de Vasconcellos, nos seus *Contos Populares e Lendas* (coord. Alda da Silva Soromenho e Paulo Caratão Soromenho, Coimbra, Universidade, 1963/1964) tem uma secção dedicada aos contos etiológicos, adiante analisada com algum detalhe. Sobre a perenidade dos relatos etiológicos, no quadro de uma visão lata dos mesmos, ver PEDROSA, José Manuel. “De re etiológica: mitos de orígenes y literatura de la Modernidad”. *Culturas Populares. Revista Electrónica*. 2, 2006, 23p - disponível em: <http://www.culturaspopulares.org/textos2/articulos/pedrosa1.pdf> [consultado em janeiro de 2011].

17 ISIDORO DE SEVILLA. *Etimologías* (ed. biling. de José Oroz Reta e Manuel-A. Marcos Casquero, introd. de Manuel C. Díaz y Díaz). Madrid: BAC, 1982 (daqui em diante Etim).

18 Será aqui usada sobretudo a seguinte edição: *Primera Crónica General* (ed. de Ramón Menéndez Pidal / reed. de Diego Catalán). Madrid: Gredos, 1977 (2 vols.), uma vez que se trata da edição que recolhe a “versão régia” da *Estoria de Espanna* afonsina (até meados do capto. 616) e a maior parte dos relatos a que aludiremos se situam nessa primeira parte da obra (daqui em diante PCG).

19 *Crónica Geral de Espanha de 1344* (ed. de Luís Filipe Lindley Cintra). Lisboa: IN-CM, 1951, 1954, 1961 e 1990 (4 vols.) (daqui em diante 1344b).

20 *Contos Populares e Lendas* (coligidos por J. Leite de Vasconcellos, coordenação de Alda da Silva Soromenho e Paulo Caratão Soromenho). Coimbra: Universidade, 1969, vol. II. O V Ciclo, dedicado a “Lendas etiológicas” ocupa as pp. 827-850 (daqui em diante CPL). Aceitamos esta divisão / classificação apesar de lhe reconhecermos algumas vertentes discutíveis nomeadamente o facto de também haver relatos passíveis de serem classificados como etiológicos mas que se encontram em outros apartados do livro.

21 Será interessante relembrar as observações sobre Caim feitas por FRIEDMAN, John Block. *The Monstrous Races in Medieval Art and Thought*. Syracuse-New York: Syracuse University Press, 2000. O autor sublinha a oposição entre Caim e Abel precisamente com base no facto de Caim ser o fundador da primeira cidade, associando-se assim à primazia do

homem e das suas criações, enquanto que Abel é ligado ao louvor a Deus e às suas obras. Abel não funda nenhuma cidade porque a sua cidade é celeste e, como tal, torna-se ponto de partida para o que depois será a “Cidade de Deus”, de Santo Agostinho (De Civ. Dei, 15.1) (p. 30). Posteriormente, Caim foi ainda associado às raças portentosas / monstruosas (cf. Parte 5 - “Cain’s kin”, pp. 94-107), e a Cham, o filho maldito de Noé a quem coube o povoamento de África e que foi, por isso, relacionado com a noção de muçulmano e de infiel (pp. 99-101).

22 Ovídio, nas *Metamorfoses*, refere, por exemplo, que Cadmo funda a cidade de Beócia cumprindo indicações recebidas no oráculo de Febo: é guiado por uma bezerra selvagem e, no local onde esta se deita para descansar, aí lança as fundações de uma cidade a que chamam Beócia (Ovídio, *Met.*, lv. III).

23 Etim, XV, 1. 6. Dionísio -> Nysa; 7. Medo, filho de Egeu -> Media / também região; 8. Perseu -> Persepolis / Pérsia; 9. rei Seleuco -> Seleucia (idem em 38); 15. Damasco, filho do administrador de Abraão -> Damasco; 34. Alexandre Magno -> Alexandria; 40. Cástor e Polux (Díoscuros) -> Dioscoria; 41. Nicomedes -> Nicomedia; 42. Constantino -> Constantinopla; 43. Pirro -> Epiro; 44. Cécrope -> Cecropia; 45. Corinto, filho de Orestes -> Corinto; 47. Lacedemon, filho de Semele -> Lacedemonia e Esparto, filho de Foroneo -> Esparta; 48. Pélope -> Peloponeso; 50. Jano -> Janículo e Saturno -> Saturnia; 54. Capis Silvio, rei dos Albanos -> Capua; 55. Rómulo -> Roma; 58. Mesapo -> Mesapia; 59. Manto, filha de Tiresias -> Mântua; 62. Taras, filho de Neptuno -> Tarento; 66. César Augusto -> César Augusta (= Zaragoza); 70. Ulisses -> Olisopona (= Lisboa); 71. Júlio César + Roma -> Julia Rómula (= Hispalis = Sevilha); 77. rainha Cirene -> Cirene.

24 Etim, XV, 1. 20. Jericó -> jebuseos; 32. Tanis terá sido fundada por titãs ou gigantes; 64. Bordéus -> colonos burgos galos.

25 Etim, XV, 1. 14. Antioquia -> fundada pelo rei Seleuco, em homenagem ao pai, Antíoco; 18. Cesarea, na Palestina -> nomeada por Herodes em honra de César Augusto; 21. Siquem -> fundada por Enoque, de acordo com o nome de um filho seu; 26. Tiberíades -> fundada por Herodes em nome de Tibério César; 44. Atenas por consagração a Minerva; 51. Lavinio -> fundada por Eneias à imagem do nome da sua mulher; 60. Pártenope -> Partenope, uma donzela aí sepultada; 69. Mérida - fundada por César Augusto que aí colocou soldados veteranos (cf. emerita); 75. Cesarea, na Mauritània, fundada por Juba, rei dos mouros, em honra de César Augusto.

26 Etim, XV, 1. 10. Susa -> rio Susa, 11. Bactro -> rio Bactro e população: bactrianos; 39. Esmirna -> rio Hermo; 49. Brindisi, dado o termo grego brunda (= cabeça de cervo), ao que se assemelha a disposição da cidade; 53. Alba Longa - Alba pela cor e Longa pela forma; 73. Septe = Ceuta -> sete montes; 74. Lix -> rio Lixo e Sala -> rio Salas.

27 Etim, XV, 1. 16. Gaza, significa “tesouro” porque Cambises, rei dos Persas aí guardou os seus tesouros quando combateu os egípcios; 22. Bethel = “casa de Deus”, depois de Jacob ter sonhado com a escada apoiada no céu, mas depois do episódio do bezerro de ouro passou a chamar-se Bethaven = “casa do ídolo”; 23. Belém = “casa do pão”, nome dado por Jacob como vaticínio do nascimento de Cristo; 25. Samaria = “custodia” porque aí foram colocados guardas; 57. Milão - porque foi aí encontrada uma cerca meio coberta de lã - meio lã; 61. Nicópolis - fundada por Augusto em memória da sua vitória sobre António.

28 Etim, XV, 1. 13. Arach -> Edesa, Chalanne -> Seleucia; 18. Dor -> Cesarea; 22. Luza

-> Bethel -> Bethaven; Eufрата -> Belém; 24. Arbé -> Hebron ou Mambré; 25 Samaria ou Augusta ou Sebaste; 41. Mariandina -> Bitinia; 42. Bizancio-> Constantinopla com Constantino; 44 Cecropia -> Atenas por consagração a esta deusa; 58. Peucetia -> Mesapia -> Calabria; 60. Pártenope -> Nápoles.

29 Sobre as fundações destas duas cidades, ver BRIQUEL, Dominique. "La triple fondation de Rome". *Revue de l'histoire des religions*. 189, n.º 2, 1976, pp. 145-176 e SCHEID, John e SVENBRO, Jesper. "Byrsa. La ruse d'Élissa et la fondation de Carthage". *Annales*. 40, 1985, pp. 328-342.

30 "Ella resposoles que no era muger que quisiesse uender mercaderia, mas que uniera por poblar en algun buen logar sil fallasse. Ellos estonce rogaronle que poblasse alli, e quel darien tierra quanta quisiesse; e sin falla fizieron lo assi, ca todas las gentes que eran en derredor no auien rey ni sennor por quien catassen, e tanto se pagauan della e de su companna, quel dieran quequier que demandasse. Mas Dido, com era muy sesuda, no les quiso pedir cosa de que ellos mucho se agraiassen; ca touo que era meior pedirles poco, e yr todauia creciendo, que non pedilles mucho, e auer depues a menguar. E por ende dixoles que no les pidie mas de plaça en aquel puerto de quanto touiesse un cuero de buey; y ellos otorgaron gelo luego, teniendo que era muy poco. Estonce mando Dido buscar un cuero de buey, el mayor que numqua fallaron, e fizol estender e fazer correas muy delgadas, e cosellas unas con otras, de guisa que semeiasse todo una correa. Despues hizo la fazer cuerno cerco, e quando fue fecho, touo una grand plaça; e a plazer de todos los daquela tierra, salio ella con toda su companna de las naues, e uino posar con ellos dentro en aquel cerco que auie fecho daquel cuero del buey. E por que auie alli una penna alta, llamauan la los de la tierra Birsá, e llamaron otrossi a aquella puebla Birsá, que quiere dezir tanto como puebla de la penna. E desdeque aquella puebla se fue acreciendo, touo por bien Dido que ouiesse otro nombre por que sopiessen las gentes que los de Tiro la poblaran; e por end ennadieron en el nombre, e llamaron la Tibirsá, que quier dezir tanto como poblança que fizieron los de Tiro. [...] Pues que ella uio que toda su fazienda tenie bien endereçada pora fazer su cibdat, mando abrir los cimientos por o fiziesen el muro. E los que lo cauauan, desdeque ouieron so tierra affondado una grand pieça, fallaron y una cabeça de buey, e aduxieron la a Dido; e quando la uio marauillos ella e todos los que y estauan de cuerno pudiera acacer que tan fonda yazie so tierra, ni qui la metiera alli seyendo la tierra de suso sana y entera que numqua ouiera y poblança ninguna. Sobresto los sabios que y andauan ouieron muchas razones entre si, que podrie seer o que significaua aquella cabeça del buey; e desdeque todo lo ouieron catado, unieron a Dido, e dixieronle que segund las sennales que ellos entendien en aquella cabeça, que la puebla que ella querie alli fazer que serie abundada de todas cosas, e que los omnes uernien y morar de grado; mas que todauia serien so el sennorio dotri: bien assi cuerno el buey era bestia que abundaua mucho a las lauores, pero siemprel tenien los omnes domado e se siruien del. Dido quand aquello oyo, pesol mucho, ca lo touo por fuert aguero; e maguer le dizien que aquella cibdat serie much abundada, sol por quel ementaron de seruidumbre non quiso alli fazer la uilla, e mando que cauassen en otro logar mas adelant. E assi cuerno ouieron cauado grand pieça en fondon, fallaron una cabeça de cauallo, e aduxieron gela assi bien cuerno la del buey; e si antes fueron marauillados por la del buey, fueron muy mas marauillados por la del cauallo; e sobresto mando a los agoreros e a los estrelleros que catassen que significaua aquella cabeça. Ellos dixieron le que el pueblo daquela cibdat, mientras durasse, que serien muy poderosos e guerreros. E quando esto oyo Dido, maguer era muger, plogol mas con aquel logar que no con ell otro, queriendo ante que los daquela uilla ouiessen menos dabondo, e fuesen en sennorio dessi mismos, que non seer much abundados en poder dotri; e por

esso mando fazer alli aquella cibdat. E desde fue creciendo e se fizo grand, touo por bien de camiarle el nombre e poner gele tal quel conuiniesse, e membrando se de la cabeça del buey que fallaran o primero ouiera a seer la uilla, e cuemo fuera compassada aquella plaça con el cuero del buey, e por que en aquel lenguaje dizien *carthon* por cuero, puso a aquella uilla nombre Carthago; e aquella fue la grand Carthago dAffrica” (PCG, I: pp. 35a-36a).

31 Veja-se o interessante estudo de DELPECH, François. “Rite, legende, mythe et société: fondation et fondateurs dans la tradition folklorique de la Péninsule Ibérique”. *Medieval Folklore*. I, 1991, pp. 10-56. Neste trabalho, o *topos* da cabeça animal é explicado no contexto dos rituais sacrificiais de fundação, forma de apaziguar o “espírito do local”, e que sobreviveram de modo relativamente atenuado em contexto cristão. Veja-se ainda o que é dito a respeito das substituições sacrificiais, que também podem ser entendidas como uma espécie de engano. Não menos importantes são as reflexões sobre o tipo do “roi laboureur”, exemplificado por Romulo e, para o contexto ibérico, pelo rei Wamba.

32 Cf. os três perigos de Cádiz, anteriormente apontados: “Mas era logar muy perigoso por tres cosas: la una por que no auie y abondo dagua, la otra por el braço del mar que auien a passar por nauio, la tercera por que era la tierra tan lodosa que non podien y llegar los omnes en iuierno sino a grand periglo dessi e de lo que trayen” (PCG, I: 11b). O facto do vencedor desta disputa ser o pretendente encarregado de trazer as águas à cidade é também bastante significativo. Sobre este assunto veja-se o que é dito sobre os heróis “libertadores de águas” no clássico de WESTON, Jessie. *From Ritual to Romance*. Cambridge: Cambridge University Press, 1920, também disponível em vários sítios web como, por exemplo: <http://www.gutenberg.org/ebooks/4090> [consultado em dezembro de 2010], bem como no artigo de DELPECH, François. “Mujeres, canales y acueductos: contribución para una mitología hidráulica”. In GONZÁLEZ ALCANTUD, José A. e MALPICA CUELLO, Antonio (Coords.). *El Agua. Mitos, Ritos y Realidades. Coloquio Internacional. Granada, 23-26 de noviembre de 1992*. Barcelona: Anthropos editorial / Diputación Provincial de Granada, 1995, pp. 61-86 que investiga e discute possíveis origens de relatos deste tipo, sublinhando ainda as especificidades da presença feminina existente nestes textos, que faz remontar à lenda de Semiramis. Para um estudo mais recente e que aborda especificamente esta lenda dos pretendentes de Libéria, ver PEDROSA, José Manuel. “El Soneto XXIV de Garcilaso: mito de fundación/alegoría galante”, *Olivar*, vol.14, nº19, 2013, pp. 40-80.

33 Esta parte integra elementos apresentados no “VI colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval”, que teve lugar na Universidade de Coimbra em 2005; bem como no colóquio “Les mythes fondateurs de l’Europe”, que teve lugar na Università degli Studi di Firenze em 2010.

34 “Mas del quinto fijo de Japhet, que ouo nombre Thubal, donde unieron los espannolos, so linage daquel andudieron por muchas tierras, buscando logar pora poblar de que se pagassen, fasta que llegaron a parte doccident a los grandes montes que son llamados Pireneos, que departen Espanna la mayor de la otra, y estos montes comiençan se a la grand mar mayor cabo la uilla que es llamada Bayona, que yaze en essa mar misma contra cierço, e atrauieessa toda la tierra fastal mar Mediterraneo e acabasse alli cab una uilla que dizen Colibre. Et aquestas gentes de que uos diximos, pues que fallaron aquella tierra, començaron a poblar todas essas montannas e fizieron se muy grandes pueblos, e llamaron los cethubales que quier dezir tanto cuemo las compannas de Tubal. Estos fueron descendiendo al llano fasta que llegaron a un río que es dicho Ebro, e touieron mientes a un estrella que llaman



Espero, e por que parece mas a occident llamaron a aquella tierra Esperia; e depues fueron se alongando a un rio grand que corre todauia contra orient desde o nace fasta o cae en la mar, e pusieron le nombre Ebro; e por ques pagaron mucho daquel agua poblaron cabo della, e camiaron se el nombre que ante auien, e assi cuemo les llamauan primero compannas de Thubal, dixieron les despues las compannas de Ebro, e por esso llamaron a aquella tierra Celtiberia. E esta tierra tiene en luengo del mar grand, que es aparte de cierço, fastal mar Mediterraneo, e dancho fasta los montes Pireneos allende dEbro, contra dentro faza la tierra llana; e llamaron a tod aquello Carpentanna, e poblaron y quatro uillas: la una a nombre Oca que es suso en la montanna que llaman Monte dOca, la otra poblaron cabo Ebro contra parte doriente e llamaron le Calahorra, otra poblaron mas adelante, otrossi cabo Ebro, a que pusieron nombre Taraçona, e desi poblaron la quarta cabo esse rio mismo mas adelant e llamaron la Auripa; mas despues, ell emperador Cezar Augusto, quand la gano por fuerça, camiol el nombre e llamol Cezar Augusta, a la que agora dizen Çaragoça. Despues, estas compannas fueron se tendiendo por las tieras e poblaron toda Espanna, e a las tieras que poblauan ponienles nombres dessi mismos, assi cuemo los alanos que poblaron aquella tierra que agora llaman Alaua, que es desdel rio Ebro fasta la grand mar de Bayona, e los silingos que poblaron otra tierra cabo el rio que llamauan Cil desde o nace fasta o cae en la mar, e los otros que llamaron galacios poblaron Galizia, que antiguamiente solie seer desdell agua de Cea fastal puerto de Gaya. Despues uinieron galeses por mar, que eran echados de su tierra, e arribaron a un logar que agora llaman Puerto, e poblaron una grand partida de Galizia que era yerma entre los dos rios que llaman Duero e Minno, e pusieron le nombre Portugal. Otras yentes y ouo que llamaron vuandalos, e aquellos poblaron ell Andaluzia; e tiene en ancho desdel rio que llaman Guadiana fastal mar Mediterraneo, e de luengo desdel mar Oceano fastal rio que llaman Xucar assi cuemo cae en el mar Mediterraneo. Otra tierra y ouo que llamaron Luzenna, que es entre Guadiana e Tajo, e pusieron le assi nombre unas gentes que la poblaron a que llamauan lusios; pero algunos cuentan que este nombre ouo por trebeios que mando y fazer Hercules quando ouo uençido a Gerion, assi cuemo adelante oyredes. Otra tierra ay dentro en ell Andaluzia que llaman Bethica por que corre por ella un rio que solien llamar Bethis, al que agora dizen Guadalquivir, e tiene desde o nace este rio en la sierra de Segura fasta o cae en el grand mar entre ponient e medio dia cerca de la ysla de Caliz. Tod estas tieras sobredichas fueron pobladas assi cuemo uos contamos, e ouo y muchos cabdiellos que fueron sennores dellas e que ouieron grandes guerras entre si;” (PCG, I: pp. 6a-7a). Esta passagem consta da 1344b, II: pp. 13-15.

35 Cf. Etim, XV: 1. 51. Pompeia é apresentada como obra de Hércules, quando regressava vencedor, trazendo de Espanha o seu rebanho de bois; 76 – Icosium, na Mauritânia, é fundada por vinte (vinte em grego = eikosi) companheiros de Hércules. Também Ovídio, nas *Metamorfoses* (lv. XV) refere Hércules como fundador de Crotono, aquando da sua passagem por Itália, no seu regresso de Espanha, com os bois de Gerion e aquando do combate com Cacus.

36 Sobre a figura de Hércules e a sua evolução em algumas crónicas ibéricas, de primeiro invasor, a primeiro unificador e civilizador até modelo de cavaleiro andante, ver DIAS, Isabel de Barros. “Le duel des géants”. In BRUSEGAN, Rosanna, ZIRONI, Alessandro, BERTHELOT, Anne e BUSCHINGER, Danielle (eds.). *L’Antichità nella Cultura Europea del Medioevo / L’Antiquité dans la Culture Européenne du Moyen Age*. Greifswald: Reineke-Verlag, 1998, pp. 195-205.

37 A Corunha surge no local onde o herói grego combateu e venceu o gigante Gedeon:

“E lidiaron tres días que nos podien uencer; en cabo uencio Hercules, e cortol la cabeça. E mando en aquel logar fazer una torre muy grand, e fizo meter la cabeça de Gerion en el cimientto, e mando poblar y una grand cibdat, e fazie escreuir los nombres de los omnes e de las mugeres que y uinien poblar, y el primero poblador que y uino fue una muger que auie nombre Crunna, e por essol puso assi nombre a la cibdat.” (PCG, I: pp. 9b-10a). O mesmo trecho ocorre na 1344b, II: p. 25.

38 Esta referência não aparece na PCG, mas sim na 1344b, na sequência da vitória de Hércules sobre Gerion, quando o herói rumo a sul: “E pobrou em aquelle logar onde esto fez hũa cidade mui boa e poselhe nome Baylhos doces; mas despois, per alongamento dos tempos, cõrrompeusse o bocavollo e chamaronlhe Badalhouce.” (1344b: II, p. 25).

39 “E por end poblo una cibdat, al pie de Moncayo, dunas yentes que uinieran con el de Grecia: los unos eran duna tierra que dizien Tiro, los otros dotra que dizien Ausona, e por esso pusso nombre a la uilla Tirasona, e oy en dia le llaman Taraçona.” (PCG, I: p. 10b). Cf também 1344b: II, p. 29.

40 “començo dir conquiriendo tod aquella tierra, fasta que llego a un logar quel se-meio que deuei poblar, e fizo y una fortaleza e pusol nombre Urgel, que quier dezir en latin tanto cuemo apremiamento, ca sin falla tod aquella tierra mas la gano el por premia que por amor.” (PCG, I: p. 10b). Cf. 1344b: II, p. 29.

41 “e al logar o ella arribo semeiol que auie y buen logar de poblar, e mando fazer y una uilla, e pusol nombre Barca nona, que quier dezir tanto cuemo la nouena barca; e agora llaman le Barcelona.” (PCG, I: p. 10b). Cf. também 1344b: II, p. 29.

42 A Península Ibérica terá conhecido diversos nomes, cada um associado a razões específicas. Terá sido conhecida primeiro como Ibéria (cf. rio Ebro), mais tarde chamou-se Espanha por causa de Hispalo e também foi conhecida como Hespéria por causa da estrela do Ocidente, Hespero: “Hispania prius ab Ibero amne Iberia nuncupata, postea ab Hispalo Hispania cognominata est. Ipsa est et vera Hesperia, ab Hespero stella occidentali dicta.” (Etim, XIV, 4, 28). De acordo com a historiografia de raiz afonsina cabe a Hércules, não só a nomeação da Lusitânia, como ainda a renomeação da Espanha, à época ainda designada como Espéria, termo que o herói faz alterar em honra do seu sobrinho Espam, a quem é deixado o governo do território: “e por amor del camio el nombre a la tierra que ante dizien Esperia e pusol nombre Espanna.” (PCG, I: p. 11a). Cf. também 1344b: II, p. 30.

43 “E la una dellas es la cibdat a que agora llaman Segouia, e pusol este nombre por que fue poblada cab una penna que dizien Gouia, e alli fizo muy maravillosa obra pora adozir ell agua a la cibdat, assi cuemo oy dia parece.” (PCG, I: p. 11a). Ver também 1344b: II, p. 30. Ainda do tempo de Espam e de sua filha Libéria é o povoamento de Cádiz, já referido (PCG, I: p. 11a ou 1344b: II, pp. 31-34).

44 “Y ell era muy caçador, e fallo en una montanna muchos ossos e mato y muchos dellos e fizo grand caça, e puso nombre a aquel logar el campo Ursino; e desi poblo y una cibdat al pie de la sierra, e pusol nombre Ursina, por la caça de los ossos; y esta es a la que agora llaman Ossuna.” (PCG, I: p. 12b). Ver também 1344b: II, p. 34.

45 “Dende tomaron por essas montannas esquantra orien fasta que llegaron a una sierra much alta, e pregunto Pirus a los omnes de la tierra que logar era aquel; ellos dixieron

le quel dizien la sierra del Sol, por que auie y siempre nief; y el, por que uio que auie y buenas uegas e grandes e muchas aguas, semeiol que serie buena tierra pora pan, e poble y una cibdat, e por amor de su mugier, pusol nombre Libira, e assi a nombre oy en dia.” (PCG, I: p. 12b). Ver também 1344b: II, p. 34.

46 “fasta que llego a un lugar o es agora poblada Lixbona, e fue depues poblada que Troya fue destroida la segunda uez; e començara la a poblar un nieto dUlises que auie aquel mismo nombre, e por que el no la uuio acabar ante de su muert, mando a una su fija, que auie nombre Buena, que la acabasse, y ella fizo lo assi, e ayunto el nombre de su padre y el suyo, e pusol nombre Lixbona.” (PCG; I: 9b). Também referido na 1344b: II, p. 22.

47 Esta referência é sublinhada na “versão régia” por duas vezes, mais concretamente, na PCG: I, 13a e 85a. Esta história teria a grande vantagem de ligar aquela que foi centro do Mundo Antigo e sede do Império Romano com a Espanha, graças ao percurso de uma figura de ligação, esse mítico rei da Antiguidade mais remota. Acresce ainda a curiosa nota segundo a qual o primeiro nome de Roma teria sido “Valência” (PCG: I, pp. 84b-85a).

48 “e desde fue alli o agora es Toledo, uio que aquel lugar era mas en medio dEspanna que otro ninguno, e auie y muy grand montanna, y entendio por so saber que alli auie a auer una grand cibdat, mas que no la poblarie el. E fallo y una cueua en ques metio o yazie un dragon muy grand” (PCG, I: p. 13a). A passagem também ocorre na 1344b: II, p. 36.

49 “fasta que llego a Carthagenas, que ouo este nombre de Cartago la grand, que es en Affrica, que poble la reyna Dido; e algunos dicen que, por despecho quel fizieron los daquela tierra, que passo aquend mar en Espanna e poble otra uilla que dicen Carthagenas, e solien le llamar antiguamiente Carthagenas Espartera, por que toda la tierra o es ell esparto, que llaman agora Montaragon, obedecie a ella” (PCG, I: p. 10a). Ver também 1344b: II, p. 28.

50 Esta questão foi tratada em maior detalhe em DIAS, Isabel de Barros. “O espaço urbano como encruzilhada de sinais”. *Discursos. Língua, Cultura e Sociedade*. III série, nº 5, 2003, pp. 107-116.

51 “e quando fue en aquel lugar o primeramiente fue poblada la cibdat de Ythalica, semeiol que no estaua poblada en buen lugar, e fue buscar o la assentasse de nueuo. E quando fue a aquel lugar o estauan los pilares sobre que pusiera Hercules la imagen, cato la tabla de marmol que yazie por pieças quebrada, e quando uio las letras, fizo las ayuntar en uno e leyo en ellas que alli auie a seer poblada la grand cibdat; estonce fizo la mudar daquel lugar, e poblola alli o agora es, e pusol nombre Yspalis, assi como ouiera primeramiente nombre quando fue poblada sobre estacas de palos en un lugar que llaman Almedina, que es en cabo Caliz.” (PCG, I: p. 9a). Ver também 1344b: II, p. 21.

52 Carregada ainda de um importante interdito. Note-se que a quebra do interdito vai implicar a invasão das Espanhas pelos muçulmanos e o fim do reino dos Godos com o rei Rodrigo (cf. PCG, I: p. 307b ou 1344b: II: p. 311). Note-se ainda que na 1344b se refere que o espaço de Toledo, em tempos de Hércules, já se encontrava marcado pelas torres, aqui atribuídas aos dois filhos do rei Rotas: “E tanto ãdou per Espanha fazendo estas cousas e outras muytas que nos aqy nõ dizemos por nõ alongar a estorya que chegou aaquelle lugar onde ora he pobrada a cidade de Tolledo. E, quando vyo a fortelleza e o assentamento do lugar e vyo hy duas torres pequenas que fezeram os dous filhos de rey Rotas, ãtendeu per arte de astronomya que em aquelle lugar avya de seer pobrada hũa muy noble cidade. Entom fez em

aquelle logar hũa casa tã maravyllhosa e per tal arte que nũa no mũdo foy homen que verdadeyramẽte soubesse dizer como era feyta. E çarrouha de fremosa çarradura e pos em ella leteras que deziã assy: «Non seja nem hũu tã ousado, dos que ora son nẽ dos que despois veeren, que abra esta porta por veer esta casa». E mandou a Espam, seu sobrynho, que, em quãto elle vyvesse, sempre ouvesse esta casa em guarda e que, se en seu tempo essa cidade fosse pobrada, que escolhesse doze homẽes dos mais honrrados que em ella ouvesse e que lhes desse as chaves e guarda daquella casa e mandado que requeressem a todollos reis que despois veessen que deytassem em aquella casa senhos cadeados.” (1344b: II, pp. 26-27).

53 Cf. citações transcritas na nota anterior e na nota nº 48, ou ainda: “Fuesse Rocas con Tharco, e casol con su fija, e ouo depues en ella dos fijos: ell uno ouo nombre Rocas cuemo su padre, ell otro Siluio. Desi murio Tharcus, e finco quanto el auie a Rocas; mas pero que auie quant auie mester, no pudo oluidar la cueua, uiniendol emiente la compannia del dragon; e fizo una torre sobraquella cueua, e moro alli yaquanto. Depues que el murio fincaron sos fijos alli; desi ouo desabenencia entrellos, e fico ell uno en aquella torre, y ell otro fizo otra” (PCG, I: p. 13b). Também na 1344b, II, p. 37.

54 “e bien cient annos ante fue poblada la cibdad de Toledo que poblaron dos consules de Roma all uno dizien Tholemon e all otro Bruto; y este nombre quel pusieron fue tomado de los nombres dellos.” (PCG, I, p. 7a-b). Cf. também 1344b: II, p. 16.

55 “E desta guisa sapoderaron dEspanna e fueron sennores della los almuiucies bien quaraenta annos; e poblaron y muchas uillas assi cuemo Panplona, e Ciguença, e Cordoua, e otros muchos logares de que non auemos escriptos los nombres; e sennaladamiente Toledo, e fizieron cibdat yuso en lo lanno, que non quisieron poblar suso o eran los castiellos, e fizieron y cabeça del regno, e labraron y un grand templo o aorauan al fuego, e nunqual camiaron el nombre e llamauan la Dos Hermanos.” (PCG, I: p. 15a). Ver também 1344b: II, p. 78 que é mais explícita pois diz que se trata dos dois castelos feitos pelos dois irmãos, filhos do rei Rotas.

56 “E outros que chamarõ Gallicios pobrarõ Galliza, a qual antigamente soya de seer des augua de Cea ataa o porto de Gaya. // E despois per tempo arrybaron onde agora chamã o Porto hũas gentes ã naves que eram degradados de sua terra, os quaaes eram chamados Galases. E estes pobrarom hũa grande parte de Galliza que era herma, e esta era ante dous ryos que chamam a hũu Doiro e outro Mynho. E compozerom estes dous nomes e entom poserom nome aa terra Portugalases mas depois o êcurtaron e poseronlhe nome Portugal.” (1344b: II, 14-15). Comparando com o trecho da PCG, I: p. 6b (citado na nota n.º 34), verificase que a tradução é bastante fiel.

57 Esta versão da história não aparece no texto editado como PCG, ou em outras versões como a “versão crítica” ou a “Tradução Galega”. Só se encontra uma versão bastante mais sintética no ms. da tradução da primeira redacção da Crónica de 1344 (cap. 452): “Dize el cuento q[ue] por la foz de duero arriba entravan barcas segun la menera que agora entran e venjan ally aportar do agora esta el puerto allj a so gaya q[ue] era muy buẽ castillo como agora el e aportavan hy e otrosi e porq[ue] aportava hy pussieron ala villa nombre el puerto de portogall e poresso quando el rrey don alfon[so] dio esta tierra del condado del conde don anrriq[ue] mando q[ue] llamasen el condado portogal.” (ms. 2656 da Biblioteca Universitária de Salamanca - f.250vb) e na sua 2ª redacção, onde integra um capítulo intitulado, precisamente, “como e por qual razõ chamarõ o cõdado de Portugal” (cap. DXLI).

58 “poblo el rrey don Alfonso Çamora, ca non era avn byen poblada por las guerras et los males que fazen y los moros syenpre. Et el rrey don Alfonso pusole este nonbre por esta rrazon. Este rrey don Alfonso subye vn dia a vn otero que y es a veer commo era la çibdad poblada et asentada. Et vno de los monteros que yuan ante el fallo vna vaca negra ante sy. Et por tal de la desuiar de ante el rrey, dixole commo en juego Çamora, ca los labradores et los vaquerizos españoles suelen llamar a las vacas negras, moras. Et por aquello le puso nonbre el rrey Çamora, ca antes Numança le dizien” – usamos aqui a seguinte edição da “versão crítica”: *Versión Crítica de la Estoria de España*, (ed. de Inés Fernández-Ordóñez) Madrid, Fundación Ramón Menéndez Pidal / Universidad Autónoma de Madrid, 1993 [ed. desde Pelayo a Ordoño II], p. 536. O trecho correspondente na PCG é pós-afonsino pois já não pertence à “versão régia”, mas sim à “versão amplificada de 1289” ou “versão de Sancho IV”. Também pós-afonsina é a 1344b, onde este episódio pode ser encontrado no vol II, p. 455. Para uma análise detalhada das tradições sobre a fundação de Zamora, ver, neste mesmo volume, o artigo de GARCIA, Charles. “Numancia resucitada, los orígenes y la fundación de Zamora en el siglo XIII”.

59 GIL, Juan. *Alabanzas e Historia de Zamora*. Zamora: Ayuntamiento de Zamora, 1994, p. 47. A versão latina desta obra está editada em “Dos libros (inéditos) de Gil de Zamora” [= *Liber de preconiis civitatis Numantine*] (ed. de Fidel Fita). Boletín de la Real Academia de la Historia. 5, 1884, pp. 131-200, que pode ser encontrada online em: [http://213.0.4.19/servlet/SirveObras/23595055435792728522202/p0000017.htm#I\\_24](http://213.0.4.19/servlet/SirveObras/23595055435792728522202/p0000017.htm#I_24). Refira-se ainda que tanto esta obra de frei Juan Gil de Zamora, como a mais lata, o *De Preconiis Hispanie*, integram inúmeras alusões a fundações e a nomeações de cidades, muito na linha das *Etimologias* de santo Isidoro de Sevilha.

60 A título de exemplo, refira-se o ritual da *circumambulatio*, que é um dos modos mais arcaicos de consagrar a terra e que se encontra nos relatos mais antigos de fundação de cidades, caso de Roma, já referido. Sobre a permanência deste ritual, ver LECOUTEUX, Claude. *Au delà du merveilleux. Essai sur les mentalités du moyen age*. Paris: Presses de l’Université de Paris-Sorbonne, 1998, nomeadamente pp. 123-125, 139, 148, onde são referidas várias formas de traçar o círculo no qual se consagra um espaço específico de terra, como se atrai a boa vontade do *genius loci*, e se sublinha a importância da nomeação para separar aquele espaço dos lugares selvagens, as *terrae incognita*.

61 Sobre este assunto, ver as interessantes reflexões de BAKER, Ronald L. “The Role of Folk Legends in Place-Name Research”. *The Journal of American Folklore*. vol. 85, nº 338, 1972, pp. 367-373.

62 Como sucede nos casos das seguintes terras: Alenquer, Algoz, Cernancelhe, Espadanedo, Morilhões, Orjais (Beiras), Provevezende (Trás-os-Montes).

63 D. Pedro o cru ou D. João I -> Benfica; D. João V -> Lumiar; D. Manuel -> Portalegre; D. Afonso Henriques -> Tamarra (Santarém).

64 Nas lendas relativas às seguintes terras: Amor e Cegovim, Cértima, Lumiar, Odive-las, Reriz de Castro Daire, Sangalhos.

65 “Na praça desta vila, ao pé do castelo e palácio, há uma gruta que tem a modo de um portado e as suas águas movem nove moinhos e regam doze ou catorze hortas. A esta gruta e princípio desta fonte, se recolheu fugido um touro, ao qual por ser muito branco

chamavam Alvitro; outros dizem que achado pelos que o buscavam, gritaram: «Alvitro, cá está o touro.» (AP, III, 225; vid. II, 190)” (CPL, II: 830).

66 “Diz a lenda que este nome próprio provém do barão de esparto que se ligava ao sino da torre e que um boi, comendo o esparto, fez que o sino tocasse, isto é, dobrasse. (Vid. Religiões, II, 62)” (CPL, II: 830).

67 “O nome provém do aparecimento de uma imagem da Virgem com um sardão (Manuscrito do século XVII.). A lenda nasceu do nome.” (CPL, II: 848).

68 “Corre uma lenda segundo a qual a povoação de Serpa foi fundada por uma serpente, que está ainda debaixo do solo e donde surgirá um dia, se a vila for destruída.” (CPL, II: 847).

69 As serpentes são ainda associadas a particularidades geográficas, como o rio Cobral (“O rio Cobral, na Beira, chama-se assim por andar nele uma cobra grandíssima, que matava os homens. (Vid. AP, V, 30)” – CPL, II: 837) ou o lugar de Cova da Serpe: “Na freguesia de Cova do Rio, concelho de São Pedro do Sul, há uma depressão grande no terreno, onde passa um carreiro até ao Rio Paiva, a qual se chama Cova da Serpe. O povo diz que havia dantes ali uma serpe, que ia todas as noites beber ao rio. O povo para a matar espetou no caminho dela, que era o tal carreiro, facas com o gume voltado para cima. A serpe foi de noite para beber no rio e, à proporção que ia andando, ia-se ferindo nas facas até que morreu. O sangue era tanto que o rio apareceu vermelho no outro dia. (Ouí a uma pessoa de Castro Daire)” (CPL, II: 838).

70 Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu e Vila Real.

71 Ponta Delgada, nos Açores e Funchal, na Madeira.

72 As cidades medievais, simultaneamente sede de diocese, eram Braga, Porto, Viseu, Lamego, Guarda, Coimbra, Lisboa, Évora e Silves. As duas únicas que, neste momento, não são capital de distrito são Lamego e Silves.

73 “Assim, a instalação de pequenas comunidades em locais estratégicos, as atalaias, era um processo urgente de implementar, como forma de defender a fronteira e as portelas naturais. Este será o caso da cidade da Guarda, cuja génese corresponde a uma pequena fortificação, conhecida como a Torre Velha, localizada na zona do Torreão. Como afirma SOUSA a cidade antes da atribuição do foral “[...]mais não seria que uma comunidade de pequena dimensão, dinamizada por colonos da região, mas também por alguns francos, guardada por uma pequena atalaia ou torre – uma guarda – que vigiava a circulação de gentes e bens que percorriam a via colimbriana, o principal eixo de penetração no planalto beirão.” (SOUSA, 1999: 15)”: <http://www.mun-guarda.pt/index.asp?idedicao=51&idSeccao=577&Action=seccao> [consultado em dezembro de 2010].

74 Além de Silves, na página desta Câmara Municipal são ainda dadas explicações etimológicas acerca de outras freguesias, como Tunes (originalmente habitada por gentes provenientes de Tunis, na Tunísia), Armação de Pêra (cf. aparelho de pesca), Algoz (do árabe “Al-Gúzz”, nome de tribo guerreira asiática que ali se teria fixado no século XII) e Alcantarilha (cf. ribeira com o mesmo nome e do termo árabe “Al-Qântara” que significa “ponte”). [http://www.cm-silves.pt/portal\\_autarquico/silves/v\\_pt-PT/menu\\_turista/concelho/freguesias/](http://www.cm-silves.pt/portal_autarquico/silves/v_pt-PT/menu_turista/concelho/freguesias/) [consultado em dezembro de 2010].

75 “Iniciado o povoamento por volta de 1425, a Ilha foi dividida em duas capitânias, cabendo a do Funchal João Gonçalves Zarco, que aqui se fixou com a sua família. Localizado o primitivo pequeno burgo “em um vale formoso de singular arvoredor, cheio de funcho até ao mar”, como referem os primeiros cronistas, daí recebeu o nome de Funchal, tornando-se rapidamente no principal núcleo populacional do Arquipélago. (por Rui Carita)” <http://www.cm-funchal.pt/cm/Default.aspx?SID=367> [consultado em dezembro de 2010].

76 “A cidade de Pax Julia terá sido fundada ou por Júlio César ou por Augusto.” [http://www.cm-beja.pt/portal/page?\\_pageid=53,36229&\\_dad=portal&\\_schema=PORTAL&-detalhe\\_docv2=30000376908&cboui=30000376908](http://www.cm-beja.pt/portal/page?_pageid=53,36229&_dad=portal&_schema=PORTAL&-detalhe_docv2=30000376908&cboui=30000376908) [consultado em dezembro de 2010].

77 “Bracara Augusta, o nome romano da actual cidade de Braga no norte de Portugal, foi construída no lugar de um povoado indígena anterior. A cidade romana foi fundada pelo imperador César Augusto cerca de 16 a.C., após a pacificação definitiva da região.” [http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico/kcxml/04\\_Sj9SPykssy0xPLMnMz0vM0Y\\_Qiz-Klt4z3dQTJgFiewfqRaCJBcBFj\\_zcVP0gfW\\_9AP2C3NCickdHRQA3rvvs/delta/base64xml/L3dJ-dyEvd0ZNUFzQUmVNElVRS82XzlfvKQ!](http://www.cm-braga.pt/wps/portal/publico/kcxml/04_Sj9SPykssy0xPLMnMz0vM0Y_Qiz-Klt4z3dQTJgFiewfqRaCJBcBFj_zcVP0gfW_9AP2C3NCickdHRQA3rvvs/delta/base64xml/L3dJ-dyEvd0ZNUFzQUmVNElVRS82XzlfvKQ!) [consultado em dezembro de 2010].

78 “O Município latino foi formado no ano 59 A.C., pelo Imperador César Augusto, com o nome de Liberalitas Julia” [http://www.cm-evora.pt/guiaturistico/historia\\_patrimonio.htm](http://www.cm-evora.pt/guiaturistico/historia_patrimonio.htm) [consultado em dezembro de 2010].

79 “Entre o Castelo e o rio Lis nasceu e cresceu a cidade de Leiria. A sua fundação medieval surge no movimento da reconquista cristã aos muçulmanos, protagonizado pelo primeiro rei português – D. Afonso Henriques. Foi precisamente na dinâmica das conquistas territoriais para a fundação do reinado de Portugal, que o rei Conquistador mandou edificar o Castelo, ainda na primeira metade do século XII. Este foi, definitivamente, o ponto de partida para o intenso povoamento da região de Leiria.” [http://www.cm-leiria.pt/pagegen.asp?SYS\\_PAGE\\_ID=818180](http://www.cm-leiria.pt/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=818180) [consultado em dezembro de 2010].

80 “Em 1289, por foral de D. Dinis (o primeiro dado por este monarca a Vila Real) é fundada a pobra de Vila Real de Panóias, que viria a transformar-se na cidade de hoje.” [http://www.cm-vilareal.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=217&Itemid=165](http://www.cm-vilareal.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=217&Itemid=165) [consultado em dezembro de 2010].

81 Caso de GUENÉE, Bernard. *L'Occident aux XIVe et XVe siècles (Les Etats)*. Paris: PUF, 1993, cap. III ou de GEARY, Patrick J. *The Myth of Nations. The Medieval Origins of Europe*. Princeton: Princeton University Press, 2002, p. 35.

82 Cf. ROSIER, Irène. *La parole comme acte. Sur la grammaire et la sémantique au XIIIe siècle*. Paris: Vrin, 1994. Também sobre a questão da nomeação e da identidade, no domínio específico do seu uso no romance arturiano, ver CARRETO, Carlos F. C. “Au Seuil d’une Poétique du Pouvoir. Manipulation du Nom et (En)jeux de la Nomination dans le Roman Arthurien en Vers”. In GOSMAN, Martin, VANDERJAGT, Arjo e VEENSTRA, Jan (eds.). *The Propagation of Power in the Medieval West*. Groningen: Egbert Forsten, 1997, pp. 249-263.

83 BRUNETTO LATINI. *Li Livres dou Tresor* (ed de Spurgeon Baldwin e Paul Barrette). Tempe-Arizona: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies, 2003, III, 1, 7-9,

p. 292.

84 De que encontramos uma única exceção, em contexto cristão, Constantinopla, situação que se explica pela confluência de mentalidades anteriores, acrescidas de motivos relacionáveis com o tom geral do relato onde se procura sublinhar o processo de cristianização de um espaço determinado, marcando assim o advento de uma nova era / de uma nova ordem, sob outros Senhores, neste caso, ligados ao Cristianismo que se afirma.

85 TOMMASO DE CAMPANELLA. *La Città del Sole*. Roma: Newton, 2003; MORE, Thomas. *Utopia*. London: Routledge and Sons, 1885. Salvarde-se ainda a perenidade deste tema, nomeadamente, graças à obra de CALVINO, Italo. *Le città invisibili*. Torino: Einaudi, 1972.

86 AUGÉ, Marc. *Não-lugares: Introdução a uma Atopologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90ª Graus Editora, 2005.